

Autores:

Pierre Bourdieu

e

A. Accardo, G. Balazs, S. Beaud,
E. Bourdieu, P. Bourgois,
S. Broccolichi, P. Champagne, R. Christin,
J.-P. Faguei, S. Garcia, R. Lenoir,
F. Oeuvrard, M. Pialoux, L. Pinto,
A. Sayad, C. Soulié, L. Wacquant

A MISÉRIA DO MUNDO

Tradutores:

Mateus S. Soares Azevedo
Jaime A. Clasen
Sérgio H. de Freitas Guimarães
Marcus Antunes Penchel
Guilherme J. de Freitas Teixeira
Jairo Veloso Vargas

4ª Edição



EDITORA
VOZES

Petrópolis
2001

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Miséria do mundo / sob direção de | Pierre Bordieu; com contribuições de A. Accardo...
| et. al. | – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Título original: La misère du monde.

Vários tradutores.

Bibliografia.

ISBN 85-326-1818-9

1. Desfavorecidos socialmente – Estudo de casos 2. França – Condições sociais
3. Marginalidade social – Estudo de casos 4. Pobres – Estudo de casos I. Bordieu,
Pierre. 1930 – II. Accardo, Alain.

97-1547

CDD – 305.569

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-------------------------------|---------|
| 1. Miséria social: Sociologia | 305.569 |
| 2. Pobres: Sociologia | 305.569 |

Remi Lenoir

Uma crítica bem viva

André S., 35, é magistrado. Casado com uma colega, tem filhos de tenra idade. Ambos são originários de grandes cidades do interior e exercem suas funções em uma delas. Sem dúvida, vão permanecer aí, tanto por razões domésticas (presença da família de um dos cônjuges), quanto profissionais: são mínimas as possibilidades de promoção na hierarquia judiciária já que isso exige, quase sempre, uma grande mobilidade geográfica. Tendo terminado a *École normale de la magistrature* (ENM) com uma classificação “média”, começaram a “carreira” em pequenos tribunais do interior, longe de Paris, o que é pouco propício às promoções fulgurantes. Além disso, cada um com seu estilo, mas com a mesma intransigência, rejeita energicamente todos os “conchavos” que facilitam, senão o (bom) “funcionamento da justiça”, pelo menos as (boas) relações sem as quais em toda corporação fechada sobre si mesma – é o que acontece com a magistratura – não existe qualquer possibilidade de promoção rápida.

A entrevista efetuou-se em um sábado, na casa de André. Durante a nossa conversa, a mulher cuidava das arrumações domésticas e ocupava-se com um dos filhos que ainda não tinha idade para freqüentar a escolinha. O fato de não aparecer não tem nada de fortuito: apesar de se ter envolvido na vida profissional tanto quanto seu marido, afirma que este tem “mais coisas para dizer”. E de fato, se as tarefas domésticas são, em geral, distribuídas de forma equitativa entre eles, acontece que para falar a respeito da “justiça” – mesmo quando são abordados diversos assuntos, como durante o almoço depois da entrevista – é sempre o marido que toma a palavra, como se estivesse investido de uma espécie de legitimidade que, segundo parece, não é contestada pela mulher ou por seus colegas.

André não corresponde em nada às representações que a mídia difunde a respeito dos magistrados que se liberam das obrigações de seu estatuto: “potentados autocratas”, “justiceiros irresponsáveis”, “pessoas insignificantes, friorentas e tacanhas”, etc. Essas caricaturas lembram até que ponto a atividade de juiz é objeto de apreciações públicas que são devidas, sobretudo, ao modo de agir dos profissionais com os quais estão estruturalmente em conflito (com os jornalistas,

a propósito do segredo de instrução; com os políticos, relativamente à independência da justiça; com o advogado, no que se refere ao respeito pelos direitos da defesa) e em relação aos quais os juízes evocam e avaliam sua situação: “Fala-se muito a nosso respeito, mas nem sempre podemos falar como gostaríamos e quando o fazemos, somos considerados uns palhaços”. A magistratura é uma corporação hierarquizada em que a tomada da palavra em público é, com efeito, bastante controlada e os que a tomam, se não têm uma posição elevada na hierarquia, ficam desqualificados diante de seus pares.

Entre André e eu, interpôs-se essa definição social do “mal-estar da Justiça”; no entanto, se aceitou me falar com tamanha franqueza e convicção é porque, entre outras coisas, pensava que seria preciso retificar essa imagem. Encontrava em mim alguns indícios que lhe permitiam ter confiança: eu não estava entrevistando unicamente a “hierarquia”, nem somente determinados magistrados, mas era professor universitário e sociólogo, portanto, situava-me fora do jogo judiciário; e eu podia, publicamente, dar testemunho do mal-estar, tal como ele o sentia de forma profunda, em meus escritos e cursos, etc. O mesmo é dizer que, constituindo-me em seu confidente, André esperava que, em retorno, eu restituísse, deformando-a o menos possível, “sua” visão do funcionamento do mundo judiciário: a de um juiz de “base” maltratado, até mesmo destruído, com o único desejo de escrever uma obra sobre a Justiça e o que chama, na seqüência de muitos outros, o “disfuncionamento do mundo judiciário”, a fim de se tornar jornalista especializado nesse campo. Não será que tal projeto constitui a inversão imaginária de seus fracassos momentâneos no sistema judiciário? Em todo caso, fica claro que estavam reunidas as condições de expressão de um mal-estar: encontro entre um ser marginalizado e fragilizado até em sua vida íntima (nesses universos bastante burocráticos e hierarquizados, a tortura “mental” passa quase sempre por um desassossego doméstico latente e angustiante: deslocamentos acompanhados por mudanças e instalações feitas com urgência, isolamento, perda da confiança em si e no outro, etc.) e um sociólogo, ator social com status relativamente indeterminado, cuja função é “compreender” os outros, eventualmente ajudá-los; além disso, suas qualidades são semelhantes àquelas que ele gostaria de encontrar entre os magistrados.

A problemática instituída, particularmente na mídia – “independência da Justiça”, “relações com os representantes da polícia judiciária”, “relações com a hierarquia”, “perda de status”, “necessidade de justiça”, etc. – também contribuiu bastante para criar as condições dessa espécie de análise de si porque correspondia, embora em outro plano, à situação de André. Apesar de modelada pela instituição judiciária, toda sua vida se tem definido contra ela; assim é que este magistrado encontrou, na representação pública do “mal-estar no meio judiciário”, as formas e instrumentos que lhe permitiam exprimir esse mal-estar que,

talvez, nunca tivesse sentido, nem tampouco enunciado, se seu destino individual não estivesse associado ao da própria instituição, tal como é concebido pela opinião pública. Os valores proclamados da instituição judiciária – “retidão”, “honestidade”, “integridade”, “independência”, “serviço público”, “interesse geral”, etc. – eram os mesmos pelos quais ele se definia; nesse sentido, a restauração de sua identidade passava pela restauração da própria instituição que o decepcionou e dilacerou de tal forma que foi ela mesma que, de algum modo, o levou a deixá-la. Esse mal-estar que atravessava a instituição era vivido, no mais profundo dele mesmo, pelo fato da harmonia preestabelecida entre uma instituição que merecia ser contestada em nome de seus próprios princípios e um dos membros mais contestados por ela – tanto mais que ele agia em conformidade com o que deveria ser o princípio de funcionamento desse universo. Aliás, conseguiu explicitá-lo muitíssimo bem quando expôs sua própria maneira de julgar: “Aplicar a lei com tato, com sensibilidade em relação às pessoas, ao mesmo tempo com firmeza em determinados casos, conseguir encontrar o que é necessário e mostrar que estamos aí para aplicar a lei e não para exercer vingança”.

André, assim como seus pares – e particularmente os da sua geração – foram afetados não só pelo declínio coletivo de sua profissão, pelo menos em relação às outras atividades jurídicas ou administrativas e, de forma geral, às que são da alçada da alta função pública (especialmente, aquelas cujo acesso passa pela *Ecole nationale d'administration*), mas também pela ascensão das altas profissões na área comercial. No entanto, a esse declínio comumente sentido, – aliás, tópico obrigatório de qualquer discurso atual sobre a justiça – acrescentou-se, no caso peculiar de André, a desilusão. Esta é tanto maior quanto ele esperava bastante de sua “profissão”. Com efeito, tudo o que dispunha para esse investimento do qual não conseguiu tirar os benefícios esperados. De fato, sua entrada na magistratura foi o resultado dessas estratégias adotadas pela classe média nos anos 60 e que visavam converter uma parte de seu capital econômico em capital escolar. Seu pai era um próspero comerciante e compartilhava os ideais do catolicismo social. Impeliu o filho a fazer estudos superiores e também favoreceu, em André, essa espécie de disponibilidade em relação aos outros, reforçada continuamente pela prática religiosa (é católico praticante). Conforme a idade, tal atitude tomou a forma de escotismo e depois do militantismo político e sindical e se completou (como é o caso mais freqüente entre os interioranos) em uma carreira no âmago da função pública. Como para a maior parte dos magistrados jovens – quando os pais não são magistrados – há sempre membros da família que exerceram uma profissão jurídica (um avô materno e um tio, respectivamente, solicitador e advogado), o que acabou influenciando sua orientação profissional – fato que é evocado por ele.

Seu pai encarnava o que ele rejeitava (“patrões”, “dinheiro”, “hierarquia”, “direita”, etc.) e, ao mesmo tempo, o que lhe permitiu concretizar tal rejeição.

Depois das disputas com o pai, que também foram lutas consigo mesmo, veio o reconhecimento da escolha acertada da sua vocação “no sentido de defender o interesse geral e, em particular, o interesse daqueles que se encontram na miséria”; tal atitude paternal o liberou e lhe deu essa energia que lhe permitiu superar-se, isto é, passar por cima da culpabilidade engendrada, muitas vezes, pela ascensão social ou, pelo menos, pela ruptura em relação ao meio familiar. “Enfim, meu pai acabou por reconhecer minha escolha. Sempre me dizia: ‘Mesmo assim é melhor ser magistrado do que comerciante’”.

As tentativas de reconversão apresentam riscos na medida em que nem sempre são acompanhadas pela aquisição das disposições e maneiras tacitamente exigidas pelo universo social ao qual o sucesso em um concurso permite ter acesso: por falta de familiaridade – e da naturalidade e flexibilidade que ela engendra – esses recém-vindos levam a sério, “ao pé da letra”, as representações que tais universos dão deles mesmos. André trouxe para o mundo judiciário os próprios valores proclamados pelos juízes como fundamento de sua ideologia profissional; no entanto, nem sempre são eles que orientam a prática, especialmente daqueles que estão mais ligados ao bom encaminhamento da “carreira” – aliás, princípio de todas as preocupações e avaliações nas corporações mais fechadas. Seu itinerário foi o de um desencantamento devido à distância existente entre os princípios do funcionamento real do meio judiciário e os princípios que André acreditava vir a encontrar aí: “honestidade”, “independência”, “compreensão para com os infratores” e “respeito pelo outro”. E se não se submeteu à ordem judiciária, foi por causa de sua força moral e igualmente em razão da força que a moral ainda tem nesse universo, embora seja constantemente transgredida em nome dos imperativos da “carreira”: “Entre os juízes, a gestão da carreira é algo que toma bastante tempo”.

Ao apresentar sua carreira como uma espécie de via-sacra é, talvez, não tanto porque seus comportamentos e sua maneira de ser tenham sido “depreciados” – embora se sinta bastante afetado por isso – mas, sobretudo, em nome de um ideal moral inacessível: “a paixão da justiça”. Tudo o que o predispunha a aderir à regra explícita do jogo judiciário e, sobretudo, recusar a levar em consideração as “regras não escritas” que desnaturam a função de magistrado tal como a imaginava antes de entrar para a ENM: “a honestidade não compensa”. O mais notável nas afirmações de André foi, sem dúvida, a identificação total entre sua maneira de conceber a justiça, que pretendia impor sem descanso, e a representação que tem de si mesmo. De modo que se ele “está sofrendo com a Justiça”, se determinados magistrados são “lamentáveis”, “nulos”, “tacanhos”, etc., é porque, nesse universo, tudo o que machucava: “Os juízes nulos que lhe fazem sentir um frio na espinha”, “O presidente que faz chorar a coitada da mulher porque cometeu um roubo no momento em que se separou do amante”; “Sinto dificuldade em suportar, enfim,

estar associado à insensibilidade de alguém; é verdade que, por vezes, sentimos vergonha". Esse sentimento de mal-estar foi reforçado pela lógica do funcionamento da corporação dos magistrados: a impotência destes últimos, sua "mediocridade", "ociosidade" e "covardia" em relação à sua própria hierarquia ou às dos outros atores do campo judiciário (policiais civis e militares, advogados) e, até mesmo, do campo político (chancelaria, notáveis locais). E o mínimo que se possa dizer é que ele sofreu com isso, como é confirmado por sua narração. No entanto, sofreu porque à força de "querer fazer seu trabalho de forma tranqüila", "fazê-lo bem feito", isto é, "honestamente", tudo se virou contra ele: a "hierarquia" – a sua, mas também a dos outros parceiros do jogo judiciário – os membros efetivos do sindicato prontos a transigir com a chancelaria e, enfim, até ele mesmo, ameaçado de ser despachado, acabou "integrando um pouco os valores do sistema".

No entanto, é talvez na exaltação desses "excelentes juizes", desses "advogados que desempenham bem sua profissão" e, até mesmo, desses condenados agradecidos, em suma, de todas essas "pessoas dignas" que se manifesta com mais acuidade o que se encontra na origem do sofrimento de André. Tendo investido tudo no que é concebido como uma causa ("nobre") a ser defendida (o que ele faz no trabalho, no sindicato e, de forma geral, nessa espécie de benevolência em relação a toda a pessoa em dificuldade), evita propositalmente tomar qualquer porta de saída (especialmente, a advocacia), o que o leva, depois de ter sido colocado em questão, a "colocar tudo em questão", tanto "o sistema" como "ele próprio".

"Quem deve julgar o trabalho do juiz?" Ao longo de toda a entrevista, tenta responder a essa questão, analisando ao mesmo tempo o que, no modo de promoção dos magistrados, vai contra sua representação da Justiça. Assim, ao desfiar as humilhações suportadas, mostra os comportamentos que o escandalizaram (a "falsa medida"), alguns aspectos do funcionamento do mundo judiciário cuja resultante, no essencial, é constituída pelas "decisões" e "julgamentos". Sobretudo, essa evocação patética dos meios que, segundo ele, seriam os únicos capazes de voltar a dar a essa instituição sua credibilidade ("sua legitimidade para julgar"), a saber: o "trabalho que o juiz realiza efetivamente", a "envergadura" e a "classe" com as quais o faz, assim como a avaliação que será feita por todos os atores (colegas, advogados, representantes da polícia judiciária e os próprios condenados com os quais está em relação); tal postura lembra como em eco, através de tudo o que rejeita, a lei real do funcionamento do campo judiciário e o que ela pressupõe.

Atrás da independência do juiz, ele via a submissão à hierarquia; atrás do poder da justiça, a dependência em relação aos policiais, até mesmo aos políticos; atrás da serenidade, o ódio; atrás da firmeza, a covardia, etc. "É porque, ao fazer

coisas normais em si, damos-nos conta de que essa atitude se torna escandalosa". Decepcionado ao mais elevado grau na medida em que não podia deixar de acreditar na necessidade da instituição judiciária (caso contrário, restaria a "vingança"), prisioneiro de suas ilusões e sonhos, via uma única saída: a redação de um livro onde escreveria "essas coisas a serem criticadas e que não são ditas". Seria o único meio de permanecer nesse universo que não pode deixar – a não ser perdendo, segundo ele, o que faz seu valor – e que procura por todos os meios fazer reconhecer: "sua honestidade" e, ainda mais, sua "humanidade", isto é, tudo o que "existe de bom em sua opinião" e que não poderia encontrar em outros universos profissionais nos quais o que importa é o "dinheiro". A identificação com essa instituição que o "martirizou", fazendo dele um "esfolado em carne viva", está na origem de seus projetos de reforma. Quanto mais é rejeitado pela instituição, tanto mais se agarra a ela, nem que seja sob o modo simbólico: sua reabilitação social passa pela reabilitação dessa instância. Até mesmo o próprio conteúdo das reformas propostas traz a marca do sistema de valores que ele encarna. A partir do que está no fundamento de sua rejeição, faz um projeto que só pode ser o seu e deve ser reconhecido como tal porque é o único meio, a seu ver, de conseguir reconciliar-se plenamente com um universo que é toda a sua vida e paixão.

Com um magistrado

— Entrevista de Remi Lenoir

“O que é terrível é isso: ao fazer coisas que são normais em si, damos-nos conta de que essa atitude se torna escandalosa”

— *O que agrada a você na função de magistrado?*

André S. — Sim, o que me agradava na função de magistrado era a noção de independência, ter uma profissão..., a função pública era prestar um serviço público e não ter patrão, não ter... Sim, não ter patrão, simplesmente ser levado a exercer a função que é prevista por lei, respeitar a lei e servir o interesse geral. E o que também me agradava, portanto em relação a isso, era a noção de justiça e, ao mesmo tempo, a noção de contatos humanos, a saber: aplicar a lei com tato, com sensibilidade em relação às pessoas, ao mesmo tempo, com firmeza em determinados casos, conseguir encontrar o que é necessário e mostrar que estamos aí para aplicar a lei e não para exercer uma vingança. Enfim, tudo o que há de bom na instituição judiciária no plano dos princípios: porque, em seu princípio, esta permanece absolutamente indispensável. Acho que se trata de um progresso da civilização. Tudo isso me parecia algo de bom.

— *Como é que você teve essa idéia?*

André S. — Lendo os jornais e depois cheguei mesmo a ler um livro...

— *Com qual idade?*

André S. — Li esse livro quando devia estar no primeiro ano de faculdade, ou coisa assim; foi meu avô que me indicou essa

leitura; tratava-se de um livro de um juiz de instrução aposentado. Então, procurei encontrá-lo mais tarde e não consegui. É um juiz de instrução que relata sua profissão e isso me agradou demais quando eu tinha 18 anos... Ao mesmo tempo, na imprensa da época, havia debates do Sindicato da Magistratura; falava-se no assunto; vi também debates na faculdade sobre diferentes problemas, era bom que havia pessoas assim que refletiam sobre a maneira de tentar trabalhar, tentar fazer evoluir sua profissão. A profissão me parecia interessante, é isso. Portanto, era interessante porque havia contato com as pessoas, implicações diretas, encontros; além disso, tocava todos os setores da vida e, ao mesmo tempo, havia essa noção de bem, mal... O juiz tem uma responsabilidade importante: deve tentar, com toda a independência, ver o que é justo. Pessoalmente, tenho uma concepção bastante idealista das coisas e, de maneira geral, acredito bastante na verdade; portanto, fico talvez menos preocupado do que outros que dizem: “Ah! mas a verdade... cada um com sua verdade... a verdade não quer dizer nada”, etc. Sou bastante pragmático, procuro ter “bom senso” entre aspas e penso que há coisas que são falsas; portanto, isso me... creio também na força da verdade. Tudo isso me agradava bastante. Evidentemente que eu conhecia os problemas de car-

reira, que havia limites a essa independência, mas dizia a mim mesmo: "Se não quisermos fazer carreira, pelo menos, podemos ficar tranqüilamente em nosso canto; isso será bom".

– *Com os mesmos valores, você poderia ser, talvez... advogado...*

André S. – Advogado, o que me incomodava na época era...

– *Ou até mesmo médico...*

André S. – ... Sim, o aspecto profissão liberal. Quanto a ser médico, não me sentia atraído pela medicina, não tenho espírito científico. No que diz respeito a advogado, há duas coisas que me incomodam: dizer coisas que não penso porque é verdade que, por vezes, os advogados são levados a defender teses com as quais não concordam completamente, embora seja nobre... e embora alguns digam sempre o que pensam em toda a ocasião; e depois havia também o fato, a lógica dos advogados: é sempre ganhar cada vez mais dinheiro, o que não me agrada; é essa relação com o dinheiro que me parecia complicada, enquanto eu achava que era bom ter um salário; estávamos aí para assumir um serviço público, isso me parecia ser bom. A imagem que tinha dos advogados era efetivamente o risco de ser arrastado pelo dinheiro, para administrar o consultório, ser absorvido por excesso de trabalho e não ver o essencial. Ah, sim... a noção de serviço público me parecia importante. (...) Quando passei no concurso no final dos anos 70, Tapie ainda não estava na moda...

– *Sim. Foi isso que mudou um pouco...?*

André S. – Sim, absolutamente. Na época, pelo contrário, não se queria trabalhar para patrão; a noção de serviço público era importante; eu não estava interessado

pela noção de lucro; pelo contrário, isso podia me chocar, não queria pegar dinheiro dos outros, enquanto achava que era bom prestar um serviço público, ter um salário para servir o interesse geral.

– *Durante a juventude, você foi militante?...*

André S. – Ah, sim.

– *Escotismo, ou outra coisa?...*

André S. – Sou muito militante, católico praticante, quero dizer, sempre fui militante; na época do concurso, estava no partido socialista; na faculdade, fui um dos principais animadores de um movimento de estudantes. Durante o serviço militar, também, etc.

– *E você foi escoteiro?*

André S. – Sim, com certeza, mas não durante muito tempo; não fiquei marcado, especialmente, por essa experiência.

– *Sim, de fato, você sempre foi alguém que trabalhava para os grupos...*

André S. – É isso. (...) Por exemplo, isso foi reconhecido por meu pai que sempre me dizia: "Mesmo assim é melhor do que ser comerciante". Em sua cabeça, ele dizia: "Tenho trabalhado para mim e, mesmo fazendo meu trabalho com honestidade, há uma dimensão que falta". Portanto, ele admitia isso. Digamos que, de maneira geral, sempre fui apaixonado pelas questões políticas, sempre tentei defender um pouco o interesse em geral e, em particular, o interesse daqueles que se encontravam na miséria.

– *Sim, seus pais favoreciam essa...*

André S. – Com certeza, totalmente. Até mesmo meu pai, como comerciante. Era de direita, mas era um cara que dizia que, afinal, pagava poucos impostos, que não havia bastante... que se devia dar mais dinheiro para os pobres, ele era um pouco...

uma direita social, um pouco mais do que...

– *Católico social?*...

André S. – Isso aí, altruísta e defensor da equidade; enfim, defensor de uma certa justiça social. Portanto... é certo que isso me marcou.

A paixão pela justiça

André S. – Na ENM, fiquei um pouco decepcionado, enfim, de uma certa forma, pelo... é idiota, é a primeira impressão mas... pelo que havia na cabeça de meus colegas; você está vendo do que se trata, eram bons estudantes, mas ao mesmo tempo faltava-lhes um pouco de personalidade no sentido em que estimo que, para ser um bom juiz, é preciso ter um pouco de liberdade, um pouco de desapego, um pouquinho de independência e coragem, um pouco de força; eram pessoas mais... bons estudantes que tinham aprendido bem em seus cursos, que eram capazes de recitar de cor tal artigo, mas a quem faltava justamente, em minha opinião, esse algo mais que é necessário para ser um bom juiz, é isso. A quem faltava, talvez, a paixão pela justiça – em todo caso, para alguns – e depois um pouco de personalidade, e depois um pouco de interesse pela vontade geral, e depois a vontade de explicar suas decisões... faltava-lhes um pouco de senso público, no sentido geral, porque tinham falta de...

– *Não tinham a vocação, encontravam-se aí como poderiam estar fazendo outra coisa?*

André S. – Sim, estavam um pouco fascinados pelo título sem assumir os encargos da função: o que isso representava, o que se devia fazer, o que isso implicava como disponibilidade ou questionamento ou qualidades humanas profundas e... ah sim, eu estava um pouco decepcionado, de forma geral, mas dito isto, encontrei

caras muito bons. Mas a primeira impressão, globalmente, foi essa; e depois vi outros que fizeram o concurso, não passaram e que eram muito mais simpáticos. Aí, tratava-se um pouco, sim, um pouco de “tiras” entre aspas; alguns, do ponto de vista jurídico, eram bons, mas em minha opinião, isso não era suficiente. (...) Enfim, a mentalidade. Na Escola da magistratura, era um pouco diferente porque ainda não estávamos em atividade: e depois é um lugar onde se misturam as idéias, podemos nos formular um certo número de questões. Mas quando entramos na corporação, vemos o número de pessoas que, há muito tempo, não chegam a se formular questões, trabalham de maneira rotineira, não ligam para seu trabalho; entretanto, eu dizia a mim mesmo: “Pelo menos, farei o meu trabalho de forma tranqüila” e desde que eu o fizesse bem, isso já seria alguma coisa!

– *Sim, sim, você sempre pensou que podia fazê-lo desse modo...*

André S. – Sem me sujar, é isso, sem...

– *Sim, é isso mesmo. Você poderia autonomizar-se em relação aos outros?*

André S. – Sim, já que eu queria exercer uma função de juiz único, queria ser juiz de instrução; portanto, disse a mim mesmo que...

– *Será que você sabia disso, desde o começo?*

André S. – Oh! Praticamente logo de início, soube que... antes de tudo, era o penal que mais me interessava, havia relações humanas, e depois a instrução era uma função que implicava determinadas responsabilidades, contatos com as pessoas, apesar de tudo, um certo poder; e depois era uma forma de apreender as coisas, interrogar as pessoas, enfim, achava que era interessante. E depois o aspecto intelectual de compreender as pessoas, também o aspecto curiosidade...

– *Tratava-se do lado menos “policial” entre aspas do Código penal, é isso?*

André S. – Sim, o menos técnico, o menos...

– *Pelo menos, aparentemente...*

André S. – Sim, mas, de forma geral, é aquele que, à primeira vista, exige menos conhecimentos jurídicos, em todo caso, para a maior parte dos processos. Mas é também o lado mais humano, é aí que encontramos o maior número de pessoas. Era esse aspecto que me agradava. E, portanto, pensava que poderia fazer isso com toda a independência e à minha maneira, sem ser incomodado por... e pensava poder fazê-lo de forma honesta e, portanto, o que me decepcionou é que, ao exercer sempre de forma honesta minhas funções – enfim isso, foi a seguir quando iniciei minha atividade – em várias ocasiões tentaram despachar-me, enquanto vi pessoas de má-fé, do ponto de vista intelectual, ou completamente folgadas em relação ao seu trabalho serem promovidas, ou fizeram algumas coisas que não estavam corretas, engavetaram determinados processos ou, pelo contrário, condenaram pessoas quando existiam dúvidas e, no entanto, fizeram carreira, etc. Eu não estava pretendendo fazer carreira, apenas queria que me deixassem exercer meu ofício de forma tranquila. Em várias ocasiões, fizeram pressão para que eu deixasse a instrução, pretendiam me despachar... Achei que toda hierarquia era lastimável; no meu caso, a hierarquia era lastimável. Não houve sequer um cara que dissesse: “Não, vamos ver o que se passa verdadeiramente”; e houve caras que mentiram a meu respeito, disseram safadezas; foram promovidos e rapidamente. Chegaram a ter as promoções mais rápidas que é possível ter quando, afinal, eram nulos do ponto de vista intelectual e lamentáveis do ponto de vista moral... Lamentáveis. Tudo isso

me deixou, efetivamente, um pouco revoltado.

– *Sim...*

André S. – É preciso dizer que, da mesma forma que na ENM trabalhei o máximo, aproveitei um pouco da vida, assim também quando entrei em atividade procurei sempre desempenhar o melhor possível minhas funções, fui sempre bastante trabalhador, enfim, de forma honesta, corri sempre atrás do trabalho, fiz tudo para compreender a situação dos infratores, nunca tive intenção de esquecer o que quer que fosse e fazia o meu trabalho a fundo e, em certas épocas, trabalhava 12 horas por dia... cheguei a trabalhar no sábado e domingo, porque havia um magistrado ausente e eu não queria que isso fosse às custas de alguém que estivesse preso; e quando nos arrebatamos desse modo pelo interesse do serviço público e que a única coisa que a hierarquia vê é que não estou de acordo com as idéias de meu procurador ou da polícia, etc., é escandaloso! Enfim, quando dou meu tempo e prejudico a saúde para exercer bem minha profissão e que a única coisa que a hierarquia vê é que eu... faço ondas e redemoínhos, que as decisões que tomo não são satisfatórias, é verdadeiramente chocante. E tanto mais que eu tinha sido honesto, enfim, verdadeiramente isso me deixou revoltado.

[...]

Neste momento, porque estou decepcionado, critico um pouco todo o mundo, talvez, seja fácil... Todo o mundo critica todo o mundo, mas é verdade que me sinto... acho que isso não funciona bem... honestamente, sentia-me feito para ser juiz; penso que podia ser um juiz, em todo caso, honesto e desempenhar minhas funções corretamente e creio ter uma certa paixão, quero dizer, quando se trata de um processo que me interessa, que é delicada-

do... procuro, aprofundo, analiso e depois luto por isso se acredito que é exatamente para chegar... No momento da sentença, luto para obter uma ordem de soltura, portanto, consigo uma ordem de soltura, enquanto os outros querem uma condenação ou, pelo contrário, obtenho uma condenação, enquanto os outros estavam prontos a dar uma ordem de soltura... quando isso depende do meu parecer, fico contente, tenho a impressão de ter feito bem meu trabalho. Portanto, penso que poderia ser um juiz correto. Não tenho animosidade, nem sadismo; penso ter uma certa humanidade, gosto que as pessoas, no respeito pela justiça, não tenham a impressão de estar tratando com alguém que é desumano e esteja pretendendo fazê-las sofrer. No entanto, se não tenho a possibilidade de exercer essa profissão de maneira eficaz, então, gostaria de proceder de forma a fazer progredir as mentalidades no sentido mais positivo possível. Efetivamente, não excluo o advogado porque é verdade que ele participa da justiça. Quando um advogado ganha um processo e salva a cabeça do cliente, enfim, é emocionante, quando leva um tribunal a mudar de opinião... está certo. Não excluo de modo algum a possibilidade de ser advogado, mas há problemas materiais, técnicos, portanto, verei se farei isso... Mas sim, por enquanto não posso fazer mudar o sistema, não tenho como; não sou deputado ou presidente da República, portanto, o sistema é tal como ele é; é preciso, pelo menos, fazer evoluir as idéias. Defender essa minha concepção da justiça. Defender o espírito, sim... enfim, sim, reunir pessoas que tenham o espírito livre, um pouco de categoria e sejam capazes de se colocar em questão, aceitem ser despachadas ao fim de dez anos de trabalho, se não forem competentes. Pessoas como alguns políticos que estão habituados a serem criticados (mas também a se defender), estão em debate. Quanto aos juízes, não estão em

debate. Ficam no seu cantinho, fazem seu serviço entre si, escondem-se, dizem para si mesmos: "Não vamos criar problemas, vamos condenar mesmo assim"; não são capazes de explicar sua decisão. Não é simplesmente em termos de comunicação, mas em termos de coragem, em termos, sim, de presença e humanidade, enfim, de legitimidade. Eles têm a legitimidade que, raramente, é colocada em questão. Quando, afinal, é preciso ter compreensão pelo infrator.

- No entanto, há organizações sindicais...

André S. - Um magistrado não está sozinho diante da hierarquia, enfim, não completamente só quando tem problemas e todos nós temos reivindicação de meios, etc., por exemplo, a greve: um pouco mais no plano do orçamento; estou de acordo, faço greve como todo o mundo. Acho que é bom, que isso vai no bom sentido, mas o que critico é que isso permite ocultar que há muitos magistrados que não fazem nada e, nesse sentido, ninguém quer lutar. Porque, por corporativismo, há muitas pessoas preguiçosas nos sindicatos e quando se pede para fazerem horas-extras, ninguém aceita; protestamos dizendo: "É escandaloso" quando, afinal, eles não fazem nada. Se trabalhassem, isso seria normal. E, portanto, isso é o problema do sindicalismo, mas enfim é verdade que isso trouxe certas coisas, mas ao mesmo tempo há, talvez, por vezes, uma certa lassidão: o Sindicato da magistratura está em crise, seria talvez necessário colocar em questão certas coisas e depois alguém faz um lindo discurso mas, na prática, isso não modifica nada. Há essa defasagem entre o discurso e a prática; há congressos em que é votada a abolição da prisão, todo o mundo volta para casa e depois, na segunda-feira, continua a mandar para a prisão um grande número de acusados; isso sempre me causou um choque. E, neste

momento, é preferível refletir sobre a própria prática, integrando a coerência em sua ação, dizendo que aceitamos a prisão e vamos continuar a mandar pessoas para a prisão; tentar limitar, conseguir recursos, para ver em quais casos deve ser admitida, organizá-la, ver os problemas de execução de penas, etc. No entanto, acho que se trata de um falso discurso, enfim, uma falsa intelectualidade que dispensa uma verdadeira reflexão. Ter idéias inovadoras, isso nos dispensa de refletir sobre o que fazemos atualmente. Neste momento, não estou fazendo muita militância, faço coisas, o mínimo para lutar por determinados princípios; a minha crítica contra os sindicatos está no fato de que quando há questões de fundo sobre a independência, eles dizem: "Ah! mas é preciso, antes de tudo, esperar que a pessoa vítima de um ato que coloca em questão a independência queira lutar; é preciso que venha pedir ajuda..." Acho que não deve ser assim; a independência não deve ser defendida por fulano de tal que anda chateado, mas deve ser defendida por princípio. Não se trata de defender o senhor Pedro, Paulo ou Tiago, mas defender um princípio que deve ser respeitado de maneira absoluta e que não o é. Que não o é absolutamente...

Uma das coisas mais importantes é saber por quem somos reconhecidos

André S. – Outro limite importante, que nem eu pensava que fosse assim tão importante, é a dependência em relação à polícia, isto é, nós somos completamente dependentes em relação à polícia. Isto é, para um juiz se fazer respeitar, precisa de ter aliados na polícia. Enfim, é ele que é, praticamente, o demandante, o que não é normal, enquanto os policiais deveriam obedecer aos juizes. Então, é preciso conseguir manter essa ficção: que somos nós que dirigimos quando, afinal, são eles que

nos dirigem, praticamente; e que temos mais necessidade deles do que eles de nós...

– *Sim...*

André S. – Administram o tempo deles como querem e depois quando pretendemos verdadeiramente pedir alguma coisa com urgência e falamos: "Senhor X., por cortesia, verdadeiramente... poderia prestar tal serviço", e depois, ao contrário, se fazemos coisas que não lhes agradam, se ainda por cima aparecem magistrados bobos, mandam-nos passear, somos criticados... Criticaram-me sem papas na língua por ter verificado o que os policiais militares tinham feito; um incriminado disse-me: "Os policiais militares fizeram uma montagem, trata-se de um complô, inventaram uma prova". *A priori*, eu não acreditava no incriminado, mas fui verificar; o que eu achava bem, enfim, salutar do ponto de vista da justiça, acabei por ser criticado por isso; há uma carta de um comandante da polícia militar que escreveu ao meu procurador, provavelmente por solicitação do próprio, para dizer: "Sim, é um escândalo, o Senhor... colocou em questão a palavra dos..." Não foi nada disso. Enfim, não era esse o espírito da coisa. Eu estimava que isso daria uma garantia suplementar, se o juiz fosse ver pessoalmente...

– *Isso faz parte de suas obrigações...*

André S. – Com certeza, tratava-se de saber o que se passava verdadeiramente. Já que havia uma contestação, bastava ir ver. Acho que isso é profundamente revoltante. Ou o simples fato de ter ido a uma delegacia sem prevenir para ouvir os policiais sobre alguma coisa bem determinada, o que me permitiu conhecer a verdade, tudo foi feito para eliminar, antes de tudo, minhas ações porque isso permitia mostrar que o procurador era desonesto; e depois acha-

ram que isso foi escandaloso. Com efeito, quando vamos à delegacia, devemos prevenir com antecedência de maneira que a versão de todo o mundo seja a mesma! Acho isso realmente aberrante!

E é isso que é terrível: ao fazer as coisas que são normais em si, damos-nos conta de que essa atitude se torna escandalosa, isto é, que há regra de direito e os grandes princípios: o juiz é livre, procura a verdade, etc. E depois damos-nos conta de que, a respeito de determinados assuntos, por exemplo, as mancadadas dos policiais, enfim, em certos casos, em relação a questões sensíveis, devemos evitar determinadas ações. Há regras não escritas. Isso não acontece todos os dias, mas de tempos a tempos e é suficiente: basta um caso para desacreditar a justiça, é isso. Enfim, é o que penso. E depois vi processos engavetados, e um montão de coisas parecidas, e isso continua. Tudo isso fez com que eu me questionasse, por um lado, sobre a realidade de minha independência e, por outro, sobre o sentido de minhas funções. Eu estimava que era competente para esta profissão; de qualquer forma, tinha uma certa vocação, à medida em que tinha verdadeiramente vontade de exercer tal profissão. Tentava fazê-lo honestamente, com coragem, resistindo a todo o mundo, resistindo, ao mesmo tempo, aos policiais, aos incriminados, aos advogados, ao Ministério Público. Lutei bastante contra o Ministério Público: a prova é que passei poucas e boas; ora, eu estimava que para se fazer respeitar, para ter uma certa credibilidade, o juiz deveria ser capaz de dizer o que pensa a todo o mundo. E tentando ser o mais cortês possível, eu procurava fazer o meu trabalho corretamente (...).

Há pouco, você falava de uma ferida. Fiquei verdadeiramente machucado por ver

que, ao desempenhar minhas funções corretamente – com amor porque eu gostava realmente de minha profissão – não fui reconhecido e, então, uma das coisas que me parece ser importante é saber por quem somos reconhecidos: aqueles com quem se trabalha. Globalmente, todo o mundo sabe. Recebi a estima e, até mesmo, respeito, por parte dos policiais com quem trabalhava, embora por vezes, com alguns, eu tenha sido exigente; fui respeitado pelos advogados, pelo pessoal da prisão e, sobretudo, pelas pessoas que eu mandava em cana. E isso, então isso, quanto a satisfações, é a única coisa que recebi nesta profissão: sempre mostraram muita consideração por mim nas prisões. Isto é, que eu era alguém de palavra, não era odioso, era alguém que procurava conhecer a verdade, enfim, é essa a idéia que tenho de mim, mas creio verdadeiramente que já era percebido como tal e através das cartas e de tudo o que era dito na cadeia, a gente fica sabendo. Globalmente, creio que somos julgados, na mesma proporção que julgamos; da prisão julga-se bem e penso que isso me dava prazer; e o que me causou choque é que a realidade de meu trabalho nunca foi levada em consideração, isto é, que eu exercia minha profissão, tentando fazer sentir às pessoas que eu não estava aí para fazê-las sofrer; então, eu tentava aplicar os princípios da justiça no sentido nobre... onde ela deveria ser aplicada, isto é, que a justiça existe para julgá-las, condená-las, mas não fazê-las sofrer. Temos uma missão que supera a vingança e procura fazer com que elas compreendam o motivo pelo qual foram condenadas e deixem de cometer delitos, é isso. O que me causou um verdadeiro choque foi que ninguém tentou ver se meu trabalho estava sendo bem feito.

– *Em seu universo profissional?*

André S. – Exatamente!

– ... *que funciona segundo outras regras?*

André S. – Segundo outros critérios. E que, pelo contrário, eu estava sendo banido da magistratura, era considerado verdadeiramente como a ovelha negra. Houve pessoas da minha turma que foram promovidas e que eram nulidades. Sim, tive o sentimento de que meu valor não era reconhecido. E tenho o sentimento, e isso é que é o mais profundo... é que tive o sentimento de que se houvesse outro critério de avaliação entre aspas – enfim, não sou a favor da avaliação – mas enfim, se os juízes fossem avaliados de maneira diferente, em função, portanto, de seu trabalho real, daqueles com quem trabalham e de sua atitude em relação aos infratores, então aí, tenho a impressão de que eu teria sido reconhecido. No lado oposto, há pessoas que não fazem nada e nunca são importunadas e acabam fazendo uma carreira normal. Se, pelo contrário, perguntassem aos infratores se estão contentes com esses magistrados que retardam a sentença, não ligam a mínima, nem olham para os processos, penso que todo o mundo, todos os profissionais que estão em atividade, diriam não. Não é possível; portanto, há uma defasagem entre a realidade do trabalho e a avaliação; é evidente. Então, eu não ligava para tal avaliação, mas não pensava que esta pudesse chegar ao ponto de privar-me de certas funções ou impedir de obter as mutações que eu desejasse e, eventualmente, me sujeitar a pressões de ordem disciplinar. E depois, é preciso que eu me justifique, etc. Há também as histórias de conformismo. Eu estimava que o importante não era saber se éramos bem vistos, etc., mas conhecer a qualidade do trabalho feito, se era juridicamente exato, se era humanamente adaptado, se era... Ora, isso não é levado absolutamente em consideração; pelo contrário, o fato de

não usar gravata, por exemplo – pessoalmente não ligo para isso – era uma revolução; houve reuniões realizadas antes de assumir o primeiro cargo para o qual fui nomeado em que o procurador reuniu todo o ministério público para dizer: “Cuidado, há um juiz maluco que está chegando e que não usa gravata”, etc. Enfim, como se fosse verdadeiramente... No lado oposto, o próprio procurador retirava informações dos processos selados, falsificava documentos sem parar, pedia aos policiais para falsificarem documentos; ora, se a hierarquia estivesse estado à escuta, não podia deixar de saber que isso era verdade; mas ele nunca foi importunado. Sim, globalmente, o fato de que a honestidade não compensa... enfim, o que importa é que não haja ondas, que o juiz não apareça demais, que não haja histórias.

Creio profundamente que a justiça não deve ser algo de piegas; deve ser algo que tenha relevo. Isso deve ser, forçosamente, violento; em determinados casos, é preciso que a justiça seja firme, mas isso não deve ser... é preciso que haja estardalhaço para dar uma sentença; por vezes, é preciso que haja estardalhaço; não se deve, sistematicamente, fechar... não se deve, sistematicamente, tomar decisões muito, muito “medidas”. Existe uma falsa “medida” que é exigida entre aspas e que não está de acordo com a realidade, isto é, que se um juiz manda um patrão para a prisão, alguém há de comentar: “Não, é uma falta de medida, não é normal”; se incrimina um policial em um caso de mancada: “Não, isso não é possível”; enfim, fica sabendo que suas sentenças não são bem aceitas. E depois, ao contrário, se mostra compreensão por um homem comum que cometeu pequenas infrações, haverá sempre alguém para criticá-lo por excesso de sensibilidade ou pieguice, enfim, etc.

Que o juiz mostre sua legitimidade pelo trabalho que realiza

– *Quando você diz “alguém” é o meio em geral ou...?*

André S. – Sim, é a hierarquia, o presidente, o procurador; então, além disso, há uma coisa – esta é boa – é que, de fato, somos avaliados pelo procurador e se este e o presidente se entendem bem é uma catástrofe porque é o presidente que faz a pré-avaliação e a transmite ao Tribunal de Apelação; no entanto, quando se trata de um juiz de instrução, o presidente vai ver, antes de tudo, o procurador; se este não se entende com o tal juiz, vai atribuir-lhe uma nota baixa; e nesse momento, enfim, podem chegar ao ponto de criticá-lo por sua independência em relação a uma das partes em litígio; porque o procurador é mesmo assim uma parte, tanto como a defesa. E acho que toda a credibilidade da justiça está em saber se somos verdadeiramente independentes e, de maneira geral, não o somos. É verdade que a instrução se faz com agravantes e atenuantes; mas os juízes de instrução estão mais perto do procurador do que dos acusados, o que nem sempre é inconcebível. No entanto, esse *a priori* em favor do ministério público me incomoda.

– *Sim, então isso foi um pouco o princípio de que esse meio não funcionava como você tinha pensado...*

André S. – É isso mesmo e depois que a lei não tinha sentido. Isto é, por vezes, há leis que não devem ser aplicadas. Vou dar um exemplo. Uma ocasião, fui citado como testemunha pela defesa – justamente na história em que o procurador tinha feito seus arranjos. Quando é citada, a testemunha tem de comparecer e aí fui criticado... compareci e irritei o procurador, enfim, fiz o máximo para irritá-lo, dizendo que ele não tinha mantido serenidade neste processo, tinha sido parcial, etc.

Cortaram-me a palavra porque são coisas que não devem ser ditas. No entanto, se quisermos dizer a verdade, é preciso dizer coisas que são desagradáveis. Você está vendo, ainda isso, em relação à falsa medida... Para mim, a verdadeira medida é dizer: “Não, senhor procurador, em relação a este processo o senhor foi parcial, odioso, estava irritado, fez um inquérito paralelo, fez coisas que não devia ter feito”, para mim, a verdade é isso; é preciso que isso seja dito, embora não agrade. E, portanto, aí criticaram-me por ter testemunhado quando, teórica e juridicamente, a testemunha que não comparecer pode até ser condenada e ter de pagar multa. No entanto, em determinado caso, deve comparecer e em outro caso não.

– *Sim...*

André S. – Há também uma coisa que me irrita, há um lado – quem sabe, talvez, esteja ligado, assemelha-se talvez um pouco a uma das críticas feitas à função pública – mas há um lado tacanho; as pessoas que não trabalham; quero dizer, que procuram fazer o menos possível, cada qual empurra o que tem de fazer para o outro; enfim, vejo um número absolutamente assombroso de colegas que, neste momento, não fazem nada. Realmente, há 50% dos magistrados de X. que procuram fazer o menos possível. É irritante, demonstra uma mentalidade pequena, mesquinha; enfim, os infratores são esquecidos; e depois há mesmo os que não fazem nada e dizem: “Oh! não vamos receber nada por isso; então, não ligamos a mínima, vamos trabalhar o menos possível”. Ainda outros afirmam: “Oh! Napoleão tinha previsto condecorações e lantejoulas para promover as pessoas, mas nós não vamos ser condecorados, então...”

– *No final de contas, justificam sua...*

André S. – Sua ociosidade.

—... sua ociosidade, enfim, eles a reivindicam, é isso...

André S. — Sim, eles a reivindicam praticamente. Dizem: “Oh! não vamos nos cansar, não há possibilidade de ser promovido”; e é verdade que não é estimulante. Penso que, de certa forma, nossa situação não apresenta grandes riscos. Seria necessário que fôssemos levados a lutar, enfim, justificar nosso valor e, em vez de ser dada, a legitimidade deveria ser algo que se ganha; creio que — quem sabe — isso mudaria a mentalidade: que o juiz mostre sua legitimidade pelo trabalho que realiza, pela qualidade jurídica das decisões que toma, tanto nos processos civis, quanto no penal...

— *Essa espécie de aquisição de legitimidade depende de quem...*

André S. — Isso é complicado, mas penso que, globalmente, é um pouco a defasagem de que falei há pouco, entre uma avaliação que será feita pelo fato de que, por um lado, o magistrado não fez ondas, se entende bem com o presidente ou colegas e não teve problemas com o ministério público e, por outro... pelo fato de ser verdadeiramente reconhecido pelas pessoas que o vêem trabalhar, isto é, advogados, escritvães e, quando se trata de um juiz de instrução, policiais civis e militares, e detentos. É essa defasagem entre uma avaliação — que não tem qualquer sentido — estabelecida por pessoas que nunca vemos e depois o “diz-se”, mas no sentido geral; sabe-se que Fulano é alguém que não faz nada; sabe-se que Sicrano é um magistrado escrupuloso. E esse “sabe-se”, embora seja um pouco subjetivo, é... deve haver uma maneira de traduzi-lo, em todo caso que seja mais adaptado, é isso. E que seja dada mais atenção à realidade... ao trabalho de cada um. É chocante ver que, no final de contas, podemos trabalhar muito, muito bem e ter uma carreira desastrosa; ao mesmo tempo, sendo

reconhecido como bastante bom pelas pessoas com quem trabalhamos; e depois, ao contrário, trabalhar muito mal e ter uma carreira excelente. Porque há também questões de relação, camaradagem, enfim, há um montão de questões... talvez, de apoios políticos...

[...]

Além disso, há processos que são levados em consideração e outros não; neste último caso, temos as fraudes fiscais que, sistematicamente, não chegam a ser julgadas, além dos casos que são engavetados, para não falar dos processos políticos; então aí, também de maneira geral — e não sou o único a falar do assunto — todos os magistrados, enfim, a maior parte dos magistrados começam a estar fartos de ver que os processos são engavetados...

— *De ver que uma parte dos processos...*

André S. — E as pessoas sabem disso, os detentos também; eu diria que, agora, mais da metade dos detentos... que se encontram nas prisões francesas sabem que a justiça não é equitativa, que são engavetados os processos dos políticos, notáveis, etc., e isso não é crível. Perdemos toda a credibilidade. Quando ouço o Ministro da Justiça afirmar: “Sim, não existe missão sagrada, o juiz não está incumbido de missão sagrada”, creio que para ser compreendido é preciso, mesmo assim, afirmar valores e se não tentarmos aproximar-nos de tais valores, ninguém vai acreditar em nós.

[...]

— *Sim...*

André S. — Se quisermos voltar a dar crédito à justiça, será preciso voltar a dar-lhe poder sobre as pessoas com quem ela trabalha, especialmente a polícia. E isso trata-se de uma grande crítica que faço às relações que preconizam a mudança: é

que não colocam em questão a tutela política sobre o Ministério Público, enfim não verdadeiramente, e depois não colocam em causa o fato de que a justiça não tem qualquer poder sobre a polícia; ora, o essencial do inquérito é feito pela polícia; é excepcional que o juiz o faça, de qualquer forma, não pode fazer tudo; deveria, talvez, ocupar-se mais dos inquéritos, mas não pode fazer tudo. (...) No entanto, a justiça deve superar o estágio da polícia; portanto, a polícia...

– *Por que razão deve superar...?*

André S. – Porque não é simplesmente... sim, a polícia pode fazer um trabalho muito, muito bom, mas até mesmo o espírito policial, enfim muitas vezes, é insuficiente. É do tipo: “Você fez isso”, então, procuram conhecer simplesmente o móbil, o contexto. A justiça é outra coisa; acho que é preciso ter uma certa sensibilidade para compreender; vai ser preciso fazer uma certa ponderação, ver como vive o incriminado, como... e acho que, em relação a isso, os policiais são bastante redutores. No entanto, é verdade que temos necessidade da polícia... Para mim, a noção de juiz... é preciso ter a liberdade de espírito, poder se exprimir como cada um pretender, ter independência, poder se afirmar, ser firme, claro, não ser obrigado a se restringir em suas opiniões.

– *Em relação a quem?*

André S. – Globalmente, em relação, aos policiais... Estes constituem um Estado no Estado; trata-se de uma corporação muito, muito importante, digamos, em seus sistemas sindicais, etc. São muito mais numerosos do que nós, dispõem de um orçamento enorme, o Ministério do Interior é mais importante do que o da Justiça e depois os policiais é que decidem, são eles que fazem o trabalho e nós ficamos com os remendos... com o que se segue... Creio que é preciso que sejamos

peças que... sim, que sejam livres, que os juizes sejam independentes, um pouco corajosos, tenham um pouco de classe, um pouco de vivacidade, que sejam capazes de explicar sua decisão, tenham um pouco de “autoridade” entre aspas e não andem colados aos muros, que sejam capazes de se afirmar sem serem brutais, desrespeitando as pessoas, funcionando à base de julgamentos *a priori* e preconceitos; sim, que os juizes tenham uma certa envergadura, sejam capazes de defender seu ponto de vista na praça pública e sejam capazes de mostrar por seus atos que têm legitimidade para julgar.

[...]

– *Considerando a experiência adquirida nessa profissão, você recomendaria a alguém seguir essa carreira, hoje em dia?*

André S. – Com honestidade? Sim. Trata-se de uma profissão interessante, mas é preciso saber exercê-la sem demasiadas ilusões e lutar, é preciso verdadeiramente lutar para conseguir desempenhá-la corretamente.

– *E no seu meio, haverá pessoas que lutam?*

André S. – Sim. Sim, oh sim, há também juizes muito bons...

– *Sim.*

André S. – Juizes por quem sinto admiração que desempenham plenamente seu papel, pessoas dignas, advogados que exercem bem sua profissão e, por vezes, fico emocionado quando há um advogado que afirma: “Veja bem, meu cliente está detido há dois anos, mas a instrução, o juiz de instrução teve uma grande sensibilidade, procurou compreender sua personalidade e depois os contatos humanos foram muito agradáveis” e eles são reconhecidos pelos clientes que são delinquentes, que fizeram um certo número de bobei-

ras; bom, que são acusados de fatos graves, mas guardam respeito pelo seu juiz; sinto-me orgulhoso por esses juízes. Há juízes que – sendo severos e exigentes – procuram a verdade, procuram compreender o que os acusados andaram fazendo e mantêm um contato com essas pessoas que, em seguida, deverão ser integradas na sociedade; entre a população francesa, existem os norte-africanos: acho que temos de desempenhar um papel de integração. Desempenhamos um papel de evocação da lei; para alguns, chegamos a substituir um pouco os pais e quando fazemos dignamente nosso trabalho, sim, isso é legal. Há momentos, quando tomamos decisões e que as pessoas na sala aplaudem, não no sentido primário do termo, mas porque acham verdadeiramente que a justiça foi bem aplicada e as pessoas ficam contentes, sem que tenhamos dado qualquer prova de demagogia, mas tomando uma decisão um pouco ariscada; sim, porque é preciso, é preciso também – em todo caso, para as melhores decisões – é preciso, por vezes, correr riscos em um sentido, não correr riscos a respeito da culpabilidade, mas tomar certas coisas que podem parecer curiosas, que são audaciosas porque para chegar a adequar bem a pena, é preciso, por vezes, é preciso deixar os lugares-comuns, é preciso fazer outras coisas, inesperadas ou que não são nada conformes ao que era pedido pelo ministério público, que surpreendem; creio que, para tomar uma boa decisão, é preciso, por vezes, causar surpresa. E quando, excepcionalmente, tomamos decisões dessa forma que causam surpresa e com as quais as pessoas ficam contentes, quando, globalmente, o processo é bem julgado, sim, fico contente. Sinto orgulho, sim.

– *Você tem exemplos?*

André S. – Mas, com certeza.

– *Você pode dar um?*

André S. – Há o exemplo dessa mulher bastante envolvida em um negócio de grande tráfico de drogas, quilos de heroína... Essa mulher tinha uma esclerose em placas com incontinência urinária e anal. Já estava presa há dois anos e sempre tinha reconhecido os fatos, mantinha uma atitude bastante digna, é isso. O processo durou 15 dias e o advogado disse-nos: “O médico declarou seu estado compatível com sua detenção”. Mas alguém que se encontra nesse estado – você imagina, ela usava fraldas, ausentava-se sem parar, etc. Chegamos à conclusão de que era contrário à dignidade, etc. Acabamos por mudar de opinião, quando estávamos decididos a aplicar oito anos de prisão. Afinal, foi condenada a seis anos com sursis. Nessa mesma tarde, foi posta em liberdade. Acho que assumimos nossas responsabilidades. (...) Isso mostrava que éramos capazes de mudar de opinião. De nos colocar em questão, levar em consideração também as questões humanas. Nesse dia, senti orgulho da justiça. Quando fui embora, estava contente. Disse para comigo: “Em Y., estamos trabalhando bem”.

– *E você fica também contente em condenar quando alguém, em seu parecer, merece sê-lo?*

André S. – Sim, exatamente. Por exemplo, em um caso de direito do trabalho, no momento da sentença, todo o mundo comentava: “Trata-se de uma vigarice”; lutei porque não estava conforme à realidade, ao direito do trabalho; um cara que contratava pessoas, dava trabalho temporário, enfim, era completamente ilegal. O argumento apresentado pelo advogado de defesa não era ruim na aparência, mas, se aprofundássemos um pouco, era completamente falso, e depois seria a porta aberta para todos os abusos; encontrei o argumento que permitiu convencer os outros dois juízes, fiquei contente; disse para comigo: “Servi para alguma coisa”. Tinha visto antes o

processo e então descobri os argumentos, portanto, acreditei que eram justos e coerentes; tratava-se de defender o interesse dos trabalhadores, sem *a priori* contra o patrão, mas era a lei. Aí também fiquei contente por ter desarmado o golpe, por não ter sido levado por um argumento especioso (...).

– *Trata-se de uma exceção...*

André S. – Que nada! Felizmente, há pessoas assim. Há exceções, mas o sistema tem tendência a...

– *Sim, o sistema tem tendência a crescer...*

André S. – É isso mesmo; veja bem, fui abrir a boca, levei na cabeça, fui destituído de todas as minhas funções de juiz único, ia sendo despachado, então eu próprio

acabei integrando um pouco os valores do sistema. Isto é, quando tiver de dizer ao presidente que o que faz é escandaloso, digo agora de forma polida: “Acho que podemos nos interrogar sobre...” quando... afinal... um juiz deveria ser capaz de dizer não, que é inadmissível, é contrário a tal princípio, à lei, é contrário... Não estamos aí como em uma empresa; creio que não temos de adotar a lógica do particular ou executivo que deve obedecer ao seu superior; devemos ser pessoas, personagens um pouco públicas, como os eleitos, sim, como um prefeito que deve defender o interesse geral, mas sendo capaz de dizer: “O seu interesse é o que é, mas o interesse do município não é esse” e, ao mesmo tempo, proceder de modo que os interesses das minorias não sejam lesados...

1991

Compreender

Eu não gostaria de me prolongar aqui de maneira muito insistente em reflexões sobre teoria ou método destinados somente aos pesquisadores. “Nós só fazemos nos glosar uns aos outros”, dizia Montaigne. E mesmo se não fosse por isso, mas por qualquer outra razão, eu gostaria de evitar as dissertações escolásticas sobre hermenêutica ou sobre “a situação ideal de comunicação”; na verdade, eu creio que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga.

Não creio que por isso se possa remeter-se aos inumeráveis escritos ditos metodológicos sobre as técnicas de pesquisa. Por mais úteis que possam ser para esclarecer tal ou qual efeito que o pesquisador pode exercer “sem o saber”, lhes falta quase sempre o essencial, sem dúvida porque permanecem dominados pela fidelidade a velhos princípios metodológicos que são freqüentemente decorrentes, como o ideal da padronização dos procedimentos, da vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas; não me parece, em todo caso que eles levem em consideração tudo aquilo que sempre fizeram, e sempre souberam os pesquisadores que respeitavam seu objeto e os mais atentos às sutilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência.

Muitas dezenas de anos de prática da pesquisa sob todas as suas formas, da etnologia à sociologia, do questionário dito fechado à entrevista mais aberta, convenceram-me que esta prática não encontra sua expressão adequada nem nas prescrições de uma metodologia freqüentemente mais cientista que científica, nem nas precauções anticientíficas das místicas da fusão afetiva. Por estas razões me parece indispensável tentar explicar as intenções e os princípios dos procedimentos que nós temos colocado em prática na pesquisa cujos resultados apresen-

tamos aqui. O leitor poderá assim reproduzir na leitura dos textos o trabalho de construção e de compreensão de que eles são o produto.¹

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma *relação social* que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos.² Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todô tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica.

Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma *reflexividade reflexa*, baseada num "trabalho", num "olho" sociológico, permite perceber e controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas.

O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se

1. Durante diferentes reuniões de trabalho, eu expus os objetivos da pesquisa e os princípios (provisórios) da entrevista que eu havia tirado de experiências realizadas desde muitos anos por mim mesmo ou por alguns colaboradores próximos (Rosine Christin, Yvette Delsaut, Michel Pialoux, Abdelmalek Sayad principalmente). A escolha dos temas e da forma possíveis da entrevista em função das características sociais do pesquisado potencial foi, a cada vez, atentamente examinada. Em muitos casos, a escuta ou a leitura da primeira entrevista suscitaram novas perguntas (de fato ou de interpretação) levando a uma segunda entrevista. Em consequência, os problemas, as dificuldades e os ensinamentos que uns e outros encontraram no curso da realização das entrevistas que eles estavam conduzindo foram regularmente submetidas à discussão durante meu seminário do Collège de France de 1991/1992. É na confrontação contínua das experiências e das reflexões dos participantes que o método foi pouco a pouco aparecendo, pela explicitação e a codificação progressivas das providências realmente tomadas.

2. A oposição tradicional entre os métodos ditos quantitativos, como a pesquisa por questionário, e os métodos ditos qualitativos como a entrevista, mascararam que eles têm em comum se apoiarem nas interações sociais que ocorrem sob a pressão de estruturas sociais. Os defensores das duas categorias de métodos têm em comum ignorar estas estruturas, como os etnometodólogos, cuja visão subjetivista do mundo social os leva a ignorar os efeitos que as estruturas objetivas exercem não somente sobre as interações (entre médicos e enfermeiras por exemplo) que registram e analisam, mas também na sua interação com as pessoas submetidas à observação ou à interrogação.

esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente.

Uma comunicação “não violenta”

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de *intrusão* sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca. É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras.

É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. O *mercado dos bens lingüísticos e simbólicos* que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os lingüísticos, dos quais estão dotados.

Levando em conta estas duas propriedades inerentes à relação de entrevista, esforçamos-nos para fazer tudo para dominar os efeitos (sem pretender anulá-los); quer dizer, mais precisamente, para *reduzir no máximo a violência simbólica que se pode exercer através dele*. Procurou-se então instaurar uma relação de *escuta ativa e metódica*, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.

Para que seja possível uma relação de pesquisa o mais próxima possível do limite ideal, muitas condições deveriam ser preenchidas: não é suficiente agir, como o faz espontaneamente todo "bom" pesquisador, no que pode ser consciente ou inconscientemente controlado na *interação*, principalmente o nível da linguagem utilizada e todos os sinais verbais ou não verbais próprios a estimular a colaboração das pessoas interrogadas, que não podem dar uma resposta digna desse nome à pergunta a menos que elas possam delas se apropriar e se tornarem os sujeitos. Deve-se agir também, em certos casos, sobre a própria *estrutura* da relação (e, por isso, na estrutura do mercado lingüístico e simbólico), portanto na própria *escolha* das pessoas interrogadas e dos interrogadores.

A imposição

Algumas vezes é surpreendente que os pesquisados possam ter tanta boa vontade e complacência para responder a perguntas tão absurdas, arbitrárias ou deslocadas como tantas daquelas que lhe são freqüentemente "administradas", principalmente nas pesquisas de opinião. Isto posto, é suficiente ter feito uma única entrevista para saber a que ponto é difícil concentrar continuamente sua atenção no que está sendo dito (e não somente nas palavras) e antecipar as perguntas capazes de se inscreverem "naturalmente" na continuidade da conversação seguindo uma espécie de "linha" teórica. Isto quer dizer que ninguém está livre do efeito de imposição que as perguntas ingenuamente egocêntricas ou, simplesmente, desatentas podem exercer e sobretudo livre do efeito contrário que as respostas assim extorquidas correm o risco de produzir no analista, sempre disposto a levar a sério, na sua interpretação, um artefato que ele mesmo produziu sem o saber. Assim,

por exemplo, quando um pesquisador continuando a ser tanto atencioso quanto atento, pergunta à queimadura a um operário metalúrgico, que acabava de lhe dizer quanta sorte ele teve de ficar toda sua vida na mesma oficina, se ele, "pessoalmente", estava, "prestes a partir de Longwy", e ele obtém, depois de passado o primeiro momento de franca surpresa, uma resposta delicada do tipo daquelas que o pesquisador e o codificador apressado dos institutos de pesquisa registrarão como uma aquiescência; "Agora [tom de surpresa]? Para quê? Partir... Eu não vejo a utilidade... Não, eu não creio que eu deixarei Longwy... Essa idéia ainda não tinha me passado pela cabeça... Além disso minha mulher ainda trabalha. Isso pode ser um freio... Mas deixar Longwy... Eu não sei, pode ser, por que não?... um dia... Eu não sei não... Mas eu não penso nisso agora. Eu ainda não pensei nisso porque eu estou... Eu não sei, porque não [risos], eu não sei, nunca se sabe..."

Tomou-se por isso a decisão de deixar aos pesquisadores a liberdade de escolher os pesquisados entre *pessoas conhecidas* ou pessoas às quais eles pudessem ser apresentados pelas pessoas conhecidas. A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação "não violenta". De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas da comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor.³

Mas o universo das categorias sociais que podem ser atingidas pelas condições otimizadas de familiaridade tem seus limites (mesmo quando as homologias de posição podem também fundamentar afinidades reais entre o sociólogo e certas categorias de pesquisados, magistrados ou educadores sociais por exemplo). Para tentar entender o mais plenamente possível, nós poderíamos também, como fizemos nas diferentes pesquisas anteriores, recorrer a estratégias como a que consiste em *representar papéis*, compor a identidade de um pesquisado ocupando uma posição social determinada para fazer falsas diligências de aquisição ou de procura de informação (principalmente por telefone). Aqui, optamos por diversificar os pesquisadores fazendo um emprego metódico da estratégia à qual Willian Labov recorreu em seu estudo sobre o modo de falar dos negros do Harlem: para neutralizar os efeitos da imposição da língua legítima, ele havia pedido a jovens negros que conduzissem a pesquisa lingüística; do mesmo modo nós tentamos, todas as vezes que era possível, de neutralizar um dos maiores fatores de distorção da relação de pesquisa instruindo com as técnicas da pesquisa pessoas que pudessem ter acesso, em razão da familiaridade, a categorias de pesquisados que desejávamos atingir.

3. Estes sinais de *feedback* que E.A. Schegloff chama *response tokens*, os "sim", "ah bon", "certo", "oh!" e também os acenos de cabeça aprovadores, os olhares, os sorrisos e todas as *information receipts*, sinais corporais ou verbais de atenção, de interesse, de aprovação, de incentivo, de agradecimento, são a condição da boa continuação da troca (a tal ponto que um momento de desatenção, de distração do olhar são em geral suficientes para causar uma espécie de embaraço para o pesquisado, e a fazê-lo perder o fio de sua entrevista); colocados no momento certo, eles atestam a participação intelectual e afetiva do pesquisador.

Enquanto um jovem físico interroga um outro jovem físico (ou um ator um outro ator, um desempregado um outro desempregado, etc.) com o qual ele compartilha a quase totalidade das características capazes de funcionar como fatores explicativos mais importantes de suas práticas e de suas representações, e ao qual ele está unido por uma relação de profunda familiaridade, suas perguntas encontram sua origem em suas disposições objetivamente dadas às do pesquisado; as mais brutalmente objetivantes dentre elas não têm nenhuma razão de parecerem ameaçadoras ou agressivas porque seu interlocutor sabe perfeitamente que eles compartilham o essencial do que elas o levarão a dizer e, ao mesmo tempo, os riscos aos quais ele se expõe ao declarar-se. E o interrogador não pode nunca esquecer que objetivando o interrogado, ele se objetiva a si mesmo como provam as correções que ele introduz em tantas de suas perguntas, passando do *você* objetivo ao *se* que leva a um coletivo impessoal, depois ao *nós*, onde ele afirma claramente que a objetivação também lhe diz respeito: “Quer dizer que todos os estudos que *você* fez, que *se* fizeram, *nos* fizeram gostar mais da teoria.” E a proximidade social com a pessoa interrogada é sem dúvida o que explica a impressão de mal-estar que quase todos os interrogadores que estão colocados numa tal relação disseram ter experimentado, às vezes durante toda a entrevista, às vezes a partir de um momento preciso da análise: em todos estes casos efetivamente, o interrogatório tende naturalmente a tornar-se uma socianálise a dois na qual o analista está preso, e é posto à prova, tanto quanto aquele que ele interroga.

Mas a analogia com a estratégia empregada por Labov não é perfeita: não se trata somente de captar um “discurso natural” tão pouco influenciado quanto possível pelo efeito da dissimetria cultural; deve-se também construir cientificamente esse discurso de tal maneira que ele forneça os elementos necessários à sua própria explicação. As exigências impostas aos pesquisadores ocasionais encontram-se consideravelmente acrescidas e embora se tivesse feito com cada um deles entrevistas prévias destinadas a recolher toda informação que eles dispunham sobre o pesquisado e definir com eles as grandes linhas de uma estratégia de interrogação, um bom número de pesquisas realizadas nestas condições foram excluídas da publicação: elas quase que só apresentavam dados sociolinguísticos incapazes de fornecer os instrumentos de sua própria interpretação.⁴

4. Uma das maiores razões desses revezes reside sem dúvida no acordo perfeito entre o interrogador e o interrogado que deixa mover em total liberdade a tendência dos entrevistados de dizer tudo (como a maioria dos testemunhos e dos documentos históricos), menos o que é óbvio, o que é natural (por exemplo a atriz, sem dúvida quando ela se dirige a um ator passa em silêncio todo um conjunto de pressupostos concernentes às hierarquias entre os gêneros teatrais, os diretores, e também as oposições constitutivas do campo do teatro num certo momento). Toda interrogação se encontra então situada entre dois limites sem dúvida nunca atingidos: a total coincidência entre o pesquisador e o pesquisado, onde nada poderia ser dito porque, nada sendo questionado, tudo seria natural; a divergência total onde a compreensão e a confiança se tornariam impossíveis.

Àqueles casos em que o sociólogo consegue se dar de algum modo um substituto juntam-se as relações de pesquisa nas quais ele pode superar parcialmente a distância social graças às relações de familiaridade que o unem ao pesquisado e à franqueza social, favorável ao falar francamente, que assegura a existência de diversos laços de solidariedade secundária próprios a dar garantias indiscutíveis de compreensão simpática: as relações de família ou as amizades de infância ou, segundo certas pesquisadoras, a cumplicidade entre mulheres, permitem, em mais de um caso, superar os obstáculos ligados às diferenças entre as condições e, particularmente, o temor do desprezo de classe que, quando o sociólogo é percebido como socialmente superior, vem frequentemente redobrar o receio muito geral, senão universal, da objetivação.

Um exercício espiritual

Mas todos os procedimentos e todos os subterfúgios, que podemos imaginar para reduzir a distância, têm seus limites. Ainda que a transcrição deixe escapar o ritmo, o tempo do oral, basta ler em seguida algumas entrevistas para ver tudo o que separa as falas arrancadas pedaço por pedaço dos pesquisados mais afastados das exigências táticas da situação de pesquisa e os discursos daquelas que são ajustados por antecipação (às vezes muito bem) à pergunta, assim, pelo menos, como eles a concebem. Eles dominam tão perfeitamente a situação que conseguem às vezes impor sua definição do jogo ao pesquisador.

Quando nada vem neutralizar ou suspender os efeitos sociais da dissimetria ligada à distância social, não se pode esperar conseguir obter declarações tão pouco marcadas quanto possível pelos efeitos da situação de pesquisa senão ao preço de um trabalho incessante de construção. Paradoxalmente, este trabalho está destinado a ficar tanto mais invisível quanto mais bem sucedido ele for e quanto mais ele conduzir a uma troca de todas as aparências do "natural" (entendido como o que acontece comumente nas trocas comuns da existência cotidiana).

O sociólogo pode obter do pesquisado mais distanciado de si socialmente que ele se sinta legitimado a ser o que ele é se ele sabe se manifestar, pelo tom e especialmente pelo conteúdo de suas perguntas as quais, sem fingir anular a distância social que o separa de si (diferente da visão populista que tem como ponto cego seu próprio ponto de vista), ele é capaz de *se colocar em seu lugar em pensamento*.

Tentar situar-se em pensamento no lugar que o pesquisado ocupa no espaço social para o *necessitar* a partir desse ponto e para *decidir-se* de alguma maneira por *ele* (no sentido em que Francis Ponge falava de *optar pelas coisas*), não é executar a "projeção de si em outrem" do qual falam os fenomenólogos. É dar-se

uma *compreensão genérica e genética* do que ele é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é o produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajetória particulares no espaço social. Contra a velha distinção diltheyana, é preciso ser dito que *compreender e explicar são a mesma coisa*.

Esta compreensão não se reduz a um estado de alma benevolente. Ela é exercida de maneira ao mesmo tempo inteligível, tranquilizadora e atraente de apresentar a entrevista e de conduzi-la, de fazer de tal modo que a interrogação e a própria situação tenham sentido para o pesquisado e também, e sobretudo, na problemática proposta: esta, como as respostas prováveis que ela provoca, será deduzida de uma representação verificada das condições nas quais o pesquisado está colocado e daquelas das quais ele é o produto. Pode-se então dizer que o pesquisador não tem qualquer possibilidade de estar verdadeiramente à altura de seu objeto a não ser que ele possua a respeito um imenso saber, adquirido talvez ao longo de uma vida de pesquisa e também, mais diretamente, durante entrevistas anteriores com o próprio pesquisado ou com informantes. A maior parte das pesquisas publicadas representam, sem dúvida, um momento privilegiado em uma longa série de trocas, e não têm nada em comum com os encontros pontuais, arbitrários e ocasionais, das pesquisas realizadas às pressas por pesquisadores desprovidos de toda competência específica.

Mesmo que ela só se manifesta de maneira totalmente negativa, inspirando sobretudo as precauções e as atenções que determinam o pesquisado a ter confiança e a entrar no jogo, ou excluindo as perguntas forçadas ou mal colocadas, é esta informação prévia que permite improvisar continuamente as perguntas pertinentes, verdadeiras *hipóteses* que se apóiam numa representação intuitiva e provisória da fórmula geradora própria ao pesquisado para provocá-lo a se revelar mais completamente.⁵

5. Sobre este ponto, como sobre todos os outros, sem dúvida seríamos melhor compreendidos se pudéssemos dar exemplos dos erros mais típicos, que encontram quase sempre seus fundamentos na inconsciência e na ignorância. Algumas virtudes de uma interrogação atenta a seus próprios resultados estão destinadas a passar despercebidas pois se manifestam principalmente em ausências. Daí o interesse dos interrogatórios burocráticos que serão analisados mais adiante: verdadeiros exames em arte de viver nos quais o investigador, encerrado em seus pressupostos institucionais e suas certezas éticas, mede a capacidade dos investigados em adotar a conduta "conveniente", fazem aparecer, em contraste, todas as perguntas que o respeito fundado no conhecimento prévio leva a excluir que elas são incompatíveis com uma representação adequada da situação da pessoa interrogada ou da filosofia de ação que estabelece na prática.

Ainda que ela possa proporcionar o equivalente teórico do conhecimento prático associado à proximidade e à familiaridade, o conhecimento prévio mais aprofundado continuaria incapaz de conduzir a uma verdadeira compreensão, se a ela não correspondesse uma atenção ao outro e uma abertura oblativa que raramente se encontram na existência comum. Tudo nos conduz efetivamente a não dar declarações mais ou menos ritualizadas sobre misérias mais ou menos comuns senão uma atenção quase tão vazia e formal que “como vai você?” ritual que as iniciou. Nós todos já ouvimos falar dessas narrativas de conflitos de sucessão ou de vizinhança, de dificuldades escolares ou de rivalidades de escritório que apreendemos através das categorias de percepção que, reduzindo o pessoal ao impessoal, o drama singular ao noticiário de variedades, permitem uma espécie de economia de pensamento, de interesse, de afeto, em resumo, de compreensão. E então, mesmo que se mobilizem todos os recursos da vigilância profissional e da simpatia pessoal, temos dificuldades em afastar essa indiferença da atenção favorecida pela ilusão do já visto e do já ouvido para entrar na singularidade da história de uma vida e tentar compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e generalidade os dramas de uma existência. A semicompreensão imediata do olhar distraído e banalizante desencoraja o esforço que deve ser realizado para superar os lugares-comuns nos quais cada um de nós vive e diz de suas pequenas misérias como sendo seus grandes males. Aquilo que o “a gente” filosoficamente estigmatizado e literariamente desconsiderado, que nós todos somos tentados a dizer, com seus meios, desesperadamente “inautênticos”, é sem dúvida, para os “eu” que nós acreditamos ser, pela mais comum das reivindicações de singularidade, o que há de mais difícil para escutar.

A resistência à objetivação

Não se deveria acreditar que só pela virtude da reflexividade o sociólogo possa controlar completamente os efeitos, sempre extremamente complexos e múltiplos, da relação de pesquisa, posto que os pesquisados podem também intervir, consciente ou inconscientemente, para tentar impor sua definição da situação e fazer voltar em seu proveito uma troca da qual um dos riscos é a imagem que eles têm e querem dar e se dar deles mesmos. Isso numa situação onde, lembrando, como o objeto da pesquisa os incita a isto, “o que não anda bem” em suas vidas, eles se expõem a todas as presunções negativas que

pesam sobre os males e a adversidade por tanto tempo que eles não sabem deslizar pelas formas legítimas de expressão das misérias legítimas, aquelas que a política, o direito, a psicologia, a literatura fornecem. Assim, por exemplo, em muitas entrevistas (principalmente com os membros do Front National), a relação social entre o pesquisado e o pesquisador produz um efeito de censura muito forte, redobrado pela presença do gravador: é sem dúvida ela que torna certas opiniões inconfessáveis (salvo por breves fugas ou por lapsos). Certas entrevistas trazem numerosos traços do trabalho que faz o pesquisado para dominar os

constrangimentos inerentes na situação ao mostrar que ele é capaz de assumir sua própria objetivação e de tomar ele mesmo o ponto de vista reflexivo cujo projeto está inscrito na própria intenção da pesquisa.

Uma das maneiras mais sutis de resistir à objetivação é, portanto, a dos pesquisados que, jogando com a sua proximidade social com o pesquisador, tentam, mais inconsciente do que conscientemente, se proteger prestando-se aparentemente ao jogo e tentando impor, sem o saber sempre, uma aparência de auto-análise. Nada mais distante, apesar das aparências, da objetivação participante, na qual o pesquisador auxilia o pesquisado num esforço doloroso e gratificante, ao mesmo tempo, para tornar visíveis as determinações sociais de suas opiniões e de suas práticas no que elas podem ter de mais difícil a reconhecer e a assumir, do que a falsa objetivação complacente, semi-desmistificada e por isso duplamente mistificadora, que procura todos os prazeres da lucidez sem questionar o essencial.

Citarei um só exemplo: "Há uma espécie de mal-estar que faz com que eu não saiba onde me situar (...), eu não sei mais muito bem onde estou socialmente... É talvez a nível do reconhecimento do outro (...). Eu me conscientizo quanto, em função da posição social que você ocupa, o outro tem um olhar sobre você completamente diferente e é verdade que é muito perturbador. Não era evidente para mim ter vários status sociais, eu não conseguia me identificar algumas vezes, sobretudo através do olhar dos outros", etc., etc.

Acontece que de tais afirmações, que aplicam a uma confissão aparente a aparência de uma explicação, suscitam no pesquisador que se reco-

nhece nisso por que eles são construídos segundo instrumentos de pensamento e de formas de expressão próximas dos seus, uma forma de narcisismo intelectual que pode combinar-se com admiração populista ou dissimular-se nele.

Deste modo, quando uma filha de imigrante lembra, com muito desembaraço, as dificuldades de sua vida dilacerada diante de um pesquisador que pode encontrar em algumas declarações suas certos aspectos de sua experiência do desequilíbrio, ela consegue, paradoxalmente, fazer esquecer o princípio da visão altamente estilizada de sua existência que ela propõe, quer dizer, o estudo de letras que ela faz e que lhe permite oferecer a seu interlocutor uma dupla gratificação, a de um discurso tão próxima quanto possível da idéia que ele tem de uma categoria desfavorecida e a de um cumprimento formal que abole todo obstáculo ligado à diferença social e cultural. Seria preciso citar tudo aqui, as perguntas e as respostas:

Pesquisador – Tomada de consciência teve lugar quando você chegou à França. Mas tomada de consciência de que exatamente?

Pesquisado – A tomada de consciência do real no sentido que para mim, é aí que as coisas vão começar a se delinear. Eu vivo realmente a separação de meus pais. Ela toma sentido, para mim, realmente, a partir do momento no qual eu passo do período que eu vivi com meus pais, enfim, com minha mãe e sua família (no Marrocos, onde minha mãe ficou depois da separação), aqui, onde eu finalmente descubro meu pai. É a primeira vez que nós vivemos realmente juntos. Mesmo quando ele estava casado com minha mãe, sua vida social era aqui (na França), por isso eles se viam pouco, a gente se via pouco. Eu

tinha a impressão que era alguém que eu descobria realmente pela primeira vez (...). Ele entrou em minha vida a partir do momento em que fomos viver juntos. Portanto, tomada de consciência desse lado, a separação faz sentido. Percebe-se que o pai que se tem, nunca se viveu com ele (...). E depois também, tomada de consciência de uma outra paisagem. Não é mais o mesmo espaço-tempo (...). Você sabe que você passa de seu pai para sua mãe. Isso o excita também um pouco, de uma certa maneira mas a realidade, ela vem pouco a pouco colorir e tornar visível, de fato, o que aconteceu. Portanto, isso não é a mesma paisagem, não são as mesmas pessoas, nem o mesmo espaço-tempo. Eu volto a um período bastante vago a partir desse momento onde, se você quer, será preciso, de hoje em diante, que se faça a ponte entre dois mundos, que estão, para mim, radicalmente separados. Eu fiquei um pouco nessa etapa, nessa separação, que ultrapassa de longe a separação pai-mãe. E um pouco mais longe: "Eu tenho de fato a impressão de estar ancorada em alguma coisa. E que a pergunta que surge agora é se eu vou continuar nesse dilema ou se eu vou sair definitivamente? Francamente, não acredito muito. Certamente sempre ficarei no meio do caminho. É verdade que isso de ser assim ou assado não me interessa. Há vontade de manter essa espécie de corrente de ar, um meio-termo. Sei lá."

A entrevista, como se vê, torna-se um monólogo no qual a própria entrevistada faz as perguntas, e responde profusamente de um só fôlego, impondo ao pesquisador (que, evidentemente, não pergunta melhor) não somente sua problemática mas seu estilo ("você se sente desnaturada aqui?" ou "qual é sua maior insatisfação?") e excluindo de fato toda

interrogação sobre os dados objetivos de sua trajetória diferentes dos que entram no projeto de auto-retrato tal como ela pretende fazer.

Nesta relação de troca, cada um engana um pouco o outro ao se enganar a si próprio: o pesquisador se prende à "autenticidade" do testemunho da pesquisada porque ele acredita ter tido êxito na descoberta de uma palavra bruta, densa, inviolada, que outros não souberam ver ou suscitar (certas formas, mais ou menos estilizadas, do discurso camponês ou operário podem exercer uma sedução parecida); a pesquisada finge ser o personagem que é esperado nesse encontro, a imigrante, assegurando deste modo, sem ter que reivindicar abertamente, o reconhecimento do valor literário de sua palavra, ao mesmo tempo testemunha sincera de divisão interior e procura de salvação pela forma estilística.*

* Se esta lógica do jogo duplo na confirmação mútua das identidades encontra um campo particularmente favorável no face a face da relação de pesquisa, ela não está em ação somente nas entrevistas "fracassadas" (muito numerosas) que nós tivemos de eliminar e eu poderia citar obras que acho que ilustram isso perfeitamente, como o romance recente de Nina Bouraoui (*La voyageuse interdite*, Paris, Gallimard, 1990), e, mais geralmente, certas formas novas de literatura populista que, sob a aparência de as reunir, evitam as exigências do testemunho autenticamente sociológico e as do romance autenticamente literário, porque elas têm como ponto cego seu próprio ponto de vista. Mas o exemplo por excelência me parece ser o romance de David Lodge, *Small World* (New York, Warner Books, 1984, trad. francesa: *Un tout petit monde*, Paris, Rivages, 1991), desmistificação mistificadora que apresenta todos os lugares-comuns da representação complacente, falsamente lúcida e verdadeiramente narcísica, que os universitários gostam de (se) dar deles mesmos, e de seus universos, e que conheceu logicamente um imenso sucesso nos meios universitários e, mais amplamente, em todos os meios com nível de estudos universitários.

¹ Deste modo sob risco de chocar tanto os metodólogos rigoristas quanto os hermeneutas inspirados, eu diria naturalmente que a entrevista pode ser considerada como uma forma de *exercício espiritual*, visando a obter, pelo *esquecimento de si*, uma verdadeira *conversão do olhar* que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida.⁶ A disposição acolhedora que inclina a fazer seus os problemas do pesquisado, a aptidão a aceitá-lo e a compreendê-lo tal como ele é, na sua necessidade singular é uma espécie de *amor intelectual*: um olhar que consente com a necessidade, à maneira do “amor intelectual de Deus”, isto é, da ordem natural, que Spinoza tinha como a forma suprema do conhecimento.

O essencial das “condições de felicidade” da entrevista fica, sem dúvida, despercebido. Oferecendo-lhe uma situação de comunicação completamente excepcional, livre dos constrangimentos, principalmente temporais, que pesam sobre a maior parte das trocas cotidianas e abrindo-lhe alternativas que o incitam ou o autorizam a exprimir mal-estares, faltas ou necessidades que ele descobre exprimindo-os, o pesquisador contribui para criar as condições de aparecimento de um discurso extraordinário, que poderia nunca ter tido e que, todavia, já estava lá, esperando suas condições de atualização.⁷ Embora eles sem dúvida não percebam conscientemente todos os sinais desta disponibilidade (que requer sem dúvida um pouco mais que uma simples conversão intelectual), certos pesquisados, sobretudo entre os mais carentes, parecem aproveitar essa situação como uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de *se explicar*, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles vêem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar.⁸ Acontece até que, longe de serem simples instrumentos nas mãos do pesquisador, eles conduzem de alguma maneira a entrevista e a densidade e a intensidade de seu discurso, como a impressão que eles dão freqüentemente de sentir uma espécie de alívio, até de realização, tudo neles lembra a *felicidade de expressão*.

Pode-se sem dúvida falar então de *auto-análise provocada e acompanhada*: em mais de um caso nós sentimos que a pessoa interrogada aproveitava a ocasião

6. Poder-se-ia citar aqui Epicteto ou Marco Aurélio lembrando a disposição que leva a acolher com benevolência tudo o que depende da causa universal, *assentimento (prosthesis)* alegre relativamente ao mundo natural.

7. O trabalho “socrático” de ajuda à explicitação visa a propor sem impor, a formular sugestões, às vezes explicitamente apresentadas como tais (será que você não quer dizer que...) e destinadas a oferecer prolongamentos múltiplos e abertos às palavras do pesquisado, a suas hesitações ou a sua procura de expressão.

8. Eu observei assim numerosas vezes que o pesquisado repetia com uma satisfação visível a palavra ou a frase que o haviam esclarecido sobre ele mesmo, isto é, sobre sua posição (como a palavra *fundível*, que eu tinha usado para designar a posição crítica de um pesquisado na hierarquia de sua instituição e que, por suas conotações, lembrava bem as tensões extremas por que ele passara).

que lhe tinha sido dada de ser interrogada sobre ela mesma e da lícitação ou da solicitação que lhe asseguravam nossas perguntas ou nossas sugestões (sempre abertas e múltiplas e freqüentemente reduzidas a uma atenção silenciosa) para realizar um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes com uma extraordinária *intensidade expressiva*, experiências e reflexões há muito reservadas ou reprimidas.

Uma construção realista

Mesmo se acontecer que ele seja vivído como tal, o acordo que é assim realizado entre as antecipações e as amabilidades do pesquisador e as expectativas do pesquisado, não tem nada de miraculoso. A verdadeira submissão ao dado supõe um ato de construção baseado no domínio prático da lógica social segundo a qual esse dado é construído. Assim, por exemplo, só se pode compreender verdadeiramente tudo que é dito na conversa, na aparência totalmente banal, entre três estudantes se, evitando reduzir as três adolescentes aos nomes que as designam, como em tantas sociologias ao gravador, soubermos ler, em suas palavras, a estrutura das relações objetivas, presentes e passadas, entre sua trajetória e a estrutura dos estabelecimentos escolares que elas freqüentaram e, por isso, toda a estrutura e a história do sistema de ensino que nelas se exprime. Contrariamente ao que poderia fazer crer uma visão ingenuamente personalista da singularidade das pessoas sociais, é a revelação das estruturas imanentes às conversas conjunturais tidas numa interação pontual que, sozinha, permite resgatar o essencial do que faz a *idiosincrasia* de cada uma das jovens e toda complexidade singular de suas ações e de suas reações.

A análise da conversação, assim entendida,⁹ lê nos discursos não somente a estrutura conjuntural da interação como mercado, mas também as estruturas invisíveis que o organizam, isto é, neste caso particular, a estrutura do espaço social no qual as três jovens estão situadas desde o início e a estrutura do espaço escolar no interior do qual elas percorreram trajetórias diferentes que, apesar de pertencerem ao passado, continuam a orientar a sua visão do seu passado e do seu futuro escolares, e também delas mesmas, no que elas têm de mais singular.¹⁰

9. Isto é, num sentido muito diferente daquele que se dá quando se toma por objeto a maneira de administrar a conversação, por exemplo as estratégias de abertura e de fechamento, *fazendo abstração* das características sociais e culturais dos participantes.

10. Eu poderia citar também a entrevista com um jovem estudante, filho de imigrante, que é uma exemplificação, no sentido de Goodman, da análise das transformações do sistema de ensino que conduziu à multiplicação dos "excluídos do interior", sendo o pesquisado em questão uma "amostra" perfeita, sempre nos termos de Goodman, dessa nova categoria de estudantes.

Deste modo, contra a ilusão que consiste em procurar a neutralidade na anulação do observador, deve-se admitir que, paradoxalmente, só é “espontâneo” o que é construído, mas por uma *construção realista*. Para o fazer ouvir ou, ao menos, fazê-lo sentir, lembrarei um caso onde se verá que é somente quando se apóia num conhecimento prévio das realidades que a pesquisa pode fazer surgir as realidades que ela deseja registrar. Na pesquisa que realizamos sobre o problema da moradia para fugir à irrealdade abstrata das perguntas sobre a preferência, em matéria de compra ou locação principalmente, eu tinha imaginado pedir aos pesquisadores para lembrarem suas sucessivas residências, as condições em que a elas tinham tido acesso, as razões e as causas que os tinham determinado a escolhê-las ou a deixá-las, as modificações que nelas fizeram, etc. As entrevistas assim concebidas desenvolveram-se de maneira, em nossa opinião, extremamente “natural”, suscitando testemunhos de uma sinceridade inesperada. Ora, muito tempo depois ouvi, inteiramente por acaso, no metrô, uma entrevista entre duas mulheres de uns quarenta anos de idade: uma delas, que foi morar recentemente num apartamento novo, contava a história de suas sucessivas moradias. E sua interlocutora se comportava exatamente como se ela seguisse a regra que havíamos estabelecido para conduzir nossas entrevistas. Eis a transcrição que fiz de memória logo depois: – “é a primeira vez que moro numa casa nova. É muito bom... – A primeira casa que tive em Paris, foi na rua Brancion, era um apartamento antigo, que não tinha sido reformado desde a guerra de 14. Tudo precisava de reformas, tudo estava torto. Tampouco conseguimos recuperar o teto de tão sujo que estava. – Com certeza, é muito trabalho... Antes, com meus pais, nós morávamos numa habitação sem água. Era formidável, com duas crianças, ter um banheiro. – Na casa de meus pais, era a mesma coisa. Mas nem por isso nós éramos sujos. Mas é verdade, é tão mais fácil... – Depois moramos em Creteil. Era um imóvel moderno, mas que já tinha uma dezena de anos...”. E a narrativa continuou assim, muito naturalmente entrecortada de intervenções destinadas seja, muito simplesmente, para “acusar recebimento”, pela simples repetição, no modo afirmativo ou interrogativo, da última frase pronunciada, seja para manifestar interesse ou afirmar a identidade dos pontos de vista (“É duro quando se trabalha o dia inteiro em pé...” ou “Na casa de meus pais era a mesma coisa”); essa participação pela qual se participa da entrevista, levando assim seu interlocutor a dela participar, sendo isso que distingue do modo mais claro a conversa comum, ou a entrevista tal como nós a temos praticando, da entrevista na qual o pesquisador, preocupado com a neutralidade, se proíbe todo envolvimento pessoal.

Tudo opõe esta forma de maiêutica, à imposição da problemática que, na ilusão da “neutralidade”, fazem muitas sondagens cujas perguntas forçadas e artificiais produzem coisas fictícias que elas acreditam registrar – sem falar dessas pesquisas de televisão que extorquem dos entrevistados declarações diretamente

provenientes dos comentários que a televisão faz a respeito.¹¹ Primeira diferença, a consciência do perigo, baseada no conhecimento da labilidade do que chamamos as opiniões: as disposições profundas estão disponíveis para inúmeras formas de expressão e elas podem ser conhecidas em formulações pré-constituídas (as respostas pré-formadas do questionário fechado ou as declarações preparadas da política) relativamente diferentes. Isto significa que nada é mais fácil de fazer e, num sentido mais "natural", que a imposição de problemática: como prova, os *desvios de opinião* que realizam tão freqüentemente, com toda a inocência da inconsciência, as sondagens de opinião (deste modo predispostas a servir de instrumento para uma demagogia racional) e também, mais geralmente, os demagogos de qualquer obediência, sempre apressados em ratificar as expectativas aparentes de indivíduos que nem sempre têm os meios de identificar suas verdadeiras insuficiências.¹² O efeito da imposição que se exerce sob a capa de "neutralidade" é tanto mais pernicioso porque a publicação das opiniões assim impostas contribui para as impor e assegurar-lhes uma existência social, dando aos pesquisadores a aparência de uma validação própria a reforçar sua credibilidade e seu crédito.

Vê-se o reforço que a representação empirista da ciência pode encontrar no fato de que o conhecimento rigoroso supõe quase sempre uma ruptura mais ou menos flagrante, e sempre exposta a aparecer como efeito de uma petição de princípio ou de opinião preconcebida, com a evidência do senso comum, comumente identificado como bom senso. Basta de fato deixar acontecer, abster-se de toda intervenção, de toda construção, para cair no erro: deixa-se então o campo livre às preconstituições ou ao efeito automático dos mecanismos sociais que estão atuantes até nas operações científicas mais elementares (concepção e formulação das perguntas, definição das categorias de codificação, etc.). É somente ao preço de uma denúncia ativa dos pressupostos tácitos do senso comum que se podem opor os efeitos de todas as representações da realidade social aos quais pesquisados e pesquisadores são continuamente expostos. Penso em particular naqueles produzidos pela imprensa, escrita e sobretudo televisada, e que se impõem às vezes aos mais despojados como enunciados prontos daquilo que eles acreditam ser a experiência.

Os agentes sociais não têm a ciência infusa do que eles são e do que eles fazem; mais precisamente, eles não têm necessariamente acesso ao princípio de seu descontentamento ou de seu mal-estar e as declarações mais espontâneas po-

11. Acho necessário lembrar aqui análises que desenvolvi em outro lugar de maneira mais sistemática (cf. principalmente, "L'opinion publique n'existe pas", *Questions de sociologie*, Paris, Minuit, 1984, p. 222-250).

12. Estas reflexões destinam-se particularmente aos que ensinam que a crítica das pesquisas é a crítica da democracia.

dem, sem nenhuma intenção de dissimulação exprimir uma coisa bem diferente do que eles dizem na aparência. A sociologia (é isto que a distingue da ciência sem erudito que são as pesquisas de opinião) sabe que ela deve ter os meios de questionar primeiro em seu próprio questionamento, todas as preconstituições, todos os pressupostos que existem tanto no pesquisador como no pesquisado e que fazem com que a relação de pesquisa freqüentemente só se instaure na base de um acordo dos inconscientes.¹³

Ela sabe também que as opiniões as mais espontâneas, logo, aparentemente as mais autênticas, que satisfazem o pesquisador apressado dos institutos de pesquisa e os que as encomendaram podem obedecer a uma lógica muito próxima de que a psicanálise revelou. É o caso, por exemplo, desta espécie de hostilidade *a priori* relativamente aos estrangeiros que encontramos às vezes junto aos agricultores ou aos pequenos comerciantes desprovidos de qualquer experiência direta com os imigrantes: só se pode ultrapassar as aparências da opacidade e do absurdo que ela opõe à interpretação compreensiva se conseguir ver que, por uma forma de *deslocamento*, ela oferece uma solução às contradições próprias a essa espécie de capitalistas com renda de proletários e com sua experiência do Estado, tido como responsável por uma redistribuição inaceitável. Os fundamentos reais do descontentamento e da insatisfação que assim se exprimem, sob formas desviadas, só podem chegar à consciência, quer dizer, ao discurso explícito, ao preço de um trabalho que vise revelar as coisas enterradas nas pessoas que as vivem e que ao mesmo tempo não as conhecem e, num outro sentido, conhecem-nas melhor do que ninguém.

O sociólogo pode ajudá-las nesse trabalho, à maneira de um parceiro, sob a condição de possuir um conhecimento aprofundado das condições de existência de que são o produto e dos efeitos sociais que a relação de pesquisa e, através desta, suas posições e suas disposições primárias podem exercer. Mas o desejo de descobrir a verdade, que é constitutivo da intenção científica, fica totalmente desprovido de eficácia prática se ele não é atualizado sob a forma de uma "profissão", produto incorporado de todas as pesquisas anteriores que não tem nada de um saber abstrato e puramente intelectual: essa profissão é uma verdadeira "disposi-

13. Mostrei, pela análise detalhada das respostas a uma pesquisa sobre os políticos (Giscard, Chirac, Marchais, etc.) concebida sobre o modelo do jogo chinês (se era uma árvore, um animal, etc.) que os pesquisados colocavam em prática, sem o saber, em suas respostas, esquemas classificatórios (forte/fraco, rígido/flexível, nobre/ignóbil, etc.) que os autores do questionário tinham também colocado em prática, *sem o saber muito*, em suas perguntas: a inanidade dos comentários que os autores do questionário haviam trazido aos quadros estatísticos publicados estavam presentes para testemunhar sua perfeita incompreensão dos dados que eles mesmos tinham produzido e, *a fortiori*, a própria operação pela qual os tinham produzido (cf. P. Bourdieu, *La Distinction*, Paris, Minuit, 1979, p. 625-640).

ção a perseguir a verdade” (*hexis tou alêtheueîn*, como diz Aristóteles na *Metafísica*), que leva a improvisar na hora, na urgência da situação de entrevista, as estratégias de apresentação de si e as respostas adaptadas, as aprovações e as perguntas oportunas, etc., de maneira a ajudar o pesquisado a dar a sua verdade ou, melhor, a se livrar da sua verdade.¹⁴

Os riscos da escrita

A mesma disposição está em ação no trabalho de construção ao qual submete-se a entrevista gravada – o que permitirá andar mais depressa na análise dos procedimentos de transcrição e de análise. Pois é claro que a transcrição muito literal (a simples pontuação, o lugar de uma vírgula, por exemplo, podem comandar todo o sentido de uma frase) já é uma verdadeira *tradução* ou até uma interpretação. Com mais razão ainda, a que é aqui proposta: rompendo com a ilusão espontaneísta do discurso que “fala de si mesmo”, a transcrição joga deliberadamente com a *pragmática da escrita* (principalmente pela introdução de títulos e de subtítulos feitos de frase tomadas da entrevista) para orientar a atenção do leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar.

O processo verbal do discurso recolhido que o autor da transcrição produz está submetido a dois conjuntos de obrigações freqüentemente difíceis de conciliar: as obrigações de fidelidade a tudo que manifesta durante a entrevista, e que não se reduz ao que é realmente registrado na fita magnética, levariam a tentar restituir ao discurso tudo que lhes foi tirado pela transcrição para o escrito e pelos recursos ordinários da pontuação, muito fracos e muito pobres, e que fazem, muito amiúde, todo o seu sentido e o seu interesse; mas as leis de legibilidade que se definem em relação com destinatários potenciais com expectativas e competências muito diversas impedem a publicação de uma transcrição fonética acompanhada das notas necessárias para restituir tudo que foi perdido na passagem do oral para o escrito, isto é, a voz, a pronúncia (principalmente em suas variações socialmente significativas), a entonação, o ritmo (cada entrevista tem seu tempo

14. Não é o lugar de analisar aqui todos os paradoxos do modo de ser científico que supõe, por um lado, um trabalho que visa tornar conscientes as disposições primárias socialmente constituídas em vista de neutralizá-las e de as desenraizar (ou, melhor, de as “desincorporar”), e, por outro lado, um trabalho – e um *treinamento* – visando incorporar, portanto a tornar quase “inconscientes” os princípios conscientemente definidos dos diferentes métodos desse modo tornados *praticamente disponíveis* (A oposição entre os “conhecimentos” conscientes e os “conhecimentos” inconscientes à qual recorremos aqui devido às necessidades da transmissão é de fato absolutamente artificial e falaciosa: de fato os princípios da prática científica podem ao mesmo tempo estar presentes à consciência – em graus diferentes segundo os momentos e segundo os “níveis” de prática – e funcionar no estado prático, sob a forma de disposições incorporadas).

particular que não é o da leitura), a linguagem dos gestos, da mímica e de toda a postura corporal, etc.¹⁵

Assim, transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever¹⁶: como a passagem do escrito para o oral que o teatro faz, a passagem do oral ao escrito impõe, com a mudança de base, infidelidades que são sem dúvida a condição de uma verdadeira fidelidade. As antinomias bem conhecidas da literatura popular lembram que dar realmente a palavra àqueles que habitualmente não a têm, é apenas lhes dar a palavra tal qual. Existem as demoras, as repetições, as frases interrompidas e prolongadas por gestos, olhares, suspiros ou exclamações, há as digressões laboriosas, as ambigüidades que a transcrição desfaz inevitavelmente, as referências a situações concretas, acontecimentos ligados à história singular de uma cidade, de uma fábrica ou de uma família, etc. (e que o locutor lembra com tanto mais disposição quanto seu interlocutor lhe é familiar, isto é, mais familiar para todo seu meio familiar).

É, portanto, em nome do respeito devido ao autor que, paradoxalmente, foi preciso às vezes decidir por aliviar o texto de certos desdobramentos parasitas, de certas frases confusas, de redundâncias verbais ou de tiques de linguagem (os "bom" e os "né") que, mesmo sem eles dão seu colorido particular ao discurso oral e preenchem uma função eminente na comunicação, permitindo sustentar uma conversa esbaforida ou tomar o interlocutor como testemunha, baralhando e confundindo a transcrição ao ponto, em certos casos, de torná-la completamente ilegível para quem não ouviu o discurso original. Do mesmo modo, tomamos a liberdade de tirar da transcrição todas as declarações puramente informativas (sobre a origem social, os estudos, a profissão, etc.) todas as vezes que pudessem ser relatados, no estilo indireto, no texto introdutivo. Mas nunca se substituiu uma palavra por outra, nem se transformou a ordem das perguntas, ou o desenrolar da entrevista e todos os cortes foram assinalados.

15. Sabe-se por exemplo que a ironia, que nasce freqüentemente de uma discordância intencional entre a simbólica corporal e a simbólica verbal, ou entre diferentes níveis de enunciação verbal, fica quase inevitavelmente perdida na transcrição. E o mesmo acontece com as ambigüidades, os duplos sentidos, as incertezas e indecisões, tão características da linguagem oral, que a escrita desvenda quase inevitavelmente, através sobretudo da pontuação. Mas há também toda a informação que está inscrita nos nomes próprios, que falam de imediato para os familiares do universo (e que foi preciso quase sempre fazer desaparecer para salvaguardar o anonimato dos pesquisados), nomes de pessoas, nomes de lugares, nomes de instituições, aos quais estão ligadas divisões estruturantes: é o caso da oposição entre o teatro refinado e o teatro popular que dá seu sentido à confusão, feita pela atriz, entre o nome de uma comedianta popular e uma grande artista da tragédia clássica, verdadeiro lapso significativo pelo qual ela trai, para quem pode ouvi-la, toda a verdade de um fracasso ligado a uma má orientação inicial entre os dois caminhos.

16. Cf. P. Encrevé, "Sa voix harmonieuse e voilée", *Hors-Cadre*, 3, 1985, p. 42-51 (Uma transcrição integral (não fonética) de todas as entrevistas (em número de 182) foi feita, e arquivada, assim como as correspondentes gravações).

Graças à explicação, à concretização e à simbolização que elas realizam e que lhes conferem às vezes uma intensidade dramática e uma força emocional próxima da do texto literário, as entrevistas transcritas estão à altura de exercer um efeito de *revelação*, particularmente sobre os que compartilham tal ou qual de suas propriedades genéricas com o locutor. A modo das parábolas do discurso profético, permitem um equivalente mais acessível de análises conceituais complexas e abstratas: tornam sensíveis, inclusive através dos traços aparentemente mais singulares da enunciação (entonação, pronúncia, etc.), as estruturas objetivas que o trabalho científico se esforça para desprender.¹⁷ Capazes de tocar e de comover, de falar à sensibilidade, sem sacrificar ao gosto do sensacional, podem levar junto as conversões do pensamento e do olhar, que são freqüentemente a condição prévia da compreensão:

Mas a força emocional pode ter por contraparte a ambigüidade, até a confusão dos efeitos simbólicos. Podem-se relatar declarações racistas de tal maneira que aquele que as faz se torna compreensível sem por isso legitimar o racismo? Como dar razão de suas declarações sem se render às suas razões, sem lhe dar razão? Como, mais banalmente evocar, sem excitar o racismo de classe, o corte de cabelo de uma pequena empregada e comunicar, sem ratificá-la, a impressão que produz inevitavelmente ao olho acostumado aos cânones da estética legítima – impressão que faz parte de sua verdade mais inevitavelmente objetiva?

Vê-se que a intervenção do analista é tão difícil quanto necessária. Tomando a responsabilidade de *publicar* discursos que, enquanto tais, situam-se, como observa Benveniste, “numa situação pragmática que implica uma certa intenção de influenciar o interlocutor”, ele se expõe a fazer-se o transmissor de sua eficácia simbólica; mas, sobretudo, arrisca-se a deixar jogar livremente o jogo da leitura, isto é, da construção espontânea, para não dizer selvagem, que faz cada leitor necessariamente submeter-se às coisas que lê. Jogo particularmente perigoso quando é aplicado a textos que não foram escritos e que não são, por isso, protegidos antecipadamente contra as leituras temidas ou recusadas e, sobretudo às afirmações feitas por locutores que estão longe de falar como livros e que, como as literaturas ditas populares, cuja “ingenuidade” ou “inépcia” são o produto do olhar cultivado, têm todas as chances de não encontrar graça aos olhos da maioria dos leitores, mesmo os mais bem intencionados.

17. O discurso da empregada da triagem postal diz bem mais, mesmo se ele diz também aquilo, que o que é dito, com toda a frieza abstrata da linguagem conceitual, numa análise da trajetória social dos empregados das províncias obrigados, muito amíúde, a pagar com um longo exílio parisiense o acesso à profissão ou a promoção na carreira: “São conhecidos, por exemplo, os constrangimentos em matéria de residência que implicam certas carreiras ou o acesso à profissão – por exemplo, cheques postais – onde as promoções são subordinadas a um exílio prolongado”, P. Bourdieu, *La Distinction*, Paris, Minuit, 1981, p. 136.

Escolher a não intervenção, com a preocupação de recusar toda limitação imposta à liberdade do leitor, seria esquecer que, o que quer que se faça, toda leitura já está, senão obrigada, pelo menos orientada por esquemas interpretativos. Pôde-se assim verificar que os leitores desavisados lêem os testemunhos como eles ouviriam as confidências de um amigo ou, melhor dizendo, as conversas (ou tagarelices) a respeito de terceiros, ocasião de se identificar, mas também de se diferenciar, de julgar, de condenar, de afirmar um consenso moral na reafirmação dos valores comuns. O ato político, de uma espécie muito particular, que consiste em tomar público, pela publicação, aquilo a que normalmente não se tem acesso, ou nunca, em todo caso, *sob esta forma*, se encontraria de algum modo desviado, e totalmente esvaziado de seu sentido.

Pareceu, pois, indispensável intervir na apresentação das transcrições, pelos títulos e subtítulos e principalmente pelo preâmbulo, encarregado de fornecer ao leitor o instrumento de uma leitura compreensiva, capaz de reproduzir a postura da qual o texto é o produto. O olhar prolongado e acolhedor que é necessário para se impregnar da necessidade singular de cada testemunho, e que se reserva comumente aos grandes textos literários ou filosóficos, pode-se também concedê-lo, por uma espécie de *democratização da postura hermenêutica*, às narrativas ordinárias de aventuras comuns. Deve-se, como ensinava Flaubert, aprender a olhar para Yvetot do jeito que olhamos para Constantinopla: aprender por exemplo a dar ao casamento de uma professora com um empregado dos correios a atenção e o interesse que se prestaria à narrativa literária de um casamento desigual e a dar às declarações de um operário metalúrgico o acolhimento fervoroso que certa tradição da leitura reserva às formas as mais altas da poesia ou da filosofia.¹⁸

Nós nos esforçamos, pois, para transmitir ao leitor os meios para lançar sobre as declarações que vai ler esse olhar que dá razão, que restitui ao pesquisado sua razão de ser e sua necessidade; ou, mais precisamente, de se situar no ponto do espaço social a partir do qual são tomadas todas as vistas do pesquisado sobre esse espaço, isto é, nesse lugar onde sua visão do mundo se torna evidente, *necessária, taken for granted*.

18. A recepção do discurso sociológico deve evidentemente muito ao fato que ele se refere ao presente imediato ou à "atualidade" — como jornalismo, ao qual, aliás, tudo opõe. Sabe-se que a hierarquia dos estudos históricos corresponde ao afastamento de seus objetos no tempo. E é certo que não se dará à transcrição de uma homilia do bispo de Creteil, também muito rica de sutilezas retóricas e de habilidades teológico-políticas, a mesma atenção que a um texto de Adalberão de Laon, escrito além disso em latim, e que se dará mais valor a uma declaração, sem dúvida apócrifa, de Olivier Lefèvre, fundador da dinastia dos Ornesson, que a uma entrevista jornalística do último de seus descendentes. Ninguém escapa à lógica do inconsciente acadêmico que orienta esta destruição *a priori* do respeito ou da indiferença e o sociólogo que terá tido êxito em superar nele mesmo essas prevenções terá sem dúvida tanto mais dificuldade em obter o mínimo de consideração exigível para os documentos que ele produz e para as análises que faz porque os diários e os hebdomadários estão cheios de testemunhos sensacionalistas sobre a angústia dos professores ou a cólera das enfermeiras que são melhor feitas, além disso, para dar satisfação a essa forma de boa vontade convencional que se dá às boas causas.

Mas não há sem dúvida escrito mais perigoso que o texto no qual o escrevente público tem de acompanhar as mensagens que lhe foram confiadas. Forçado a um esforço constante para dominar conscientemente a relação entre o sujeito e o objeto da escrita ou, melhor, a distância que os separa, ele deve se esforçar pela objetividade da “enunciação histórica” que, segundo a alternativa de Benveniste, objetiva fatos sem intervenção do narrador, recusando a frieza distante do protocolo de caso clínico; visando fornecer todos os elementos necessários à percepção objetiva da pessoa interrogada, ele deve usar de todos os recursos da língua (como o estilo indireto livre ou o *como se* caros a Flaubert) para evitar estabelecer com ela a distância objetivante que a colocaria na berlinda ou, pior, no pelourinho. Isto, proibindo-se também da maneira mais categórica (é ainda uma das funções do *como se*) de se projetar indevidamente nesse *alter ego*, que fica sempre, quer se queira ou não, um objeto, para se fazer abusivamente o sujeito de sua visão do mundo.

O rigor, neste caso, reside no controle permanente do ponto de vista, que se afirma continuamente nos detalhes da escrita (no fato, por exemplo, de dizer *sua* escola, e não *a* escola), para marcar que o relato do que se passa no estabelecimento é formulado do ponto de vista do professor interrogado e não do analista). É nos detalhes desta espécie que, se eles não passam pura e simplesmente despercebidos, têm todas as chances de aparecer como simples elegâncias literárias ou facilidades jornalísticas, que afirmam continuamente o afastamento entre “a voz da pessoa” e “a voz da ciência”, como diz Roland Barthes, e a recusa das passagens inconscientes de um a outro.¹⁹

O sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode re-produzir o ponto de vista de seu objeto, e constituí-lo como tal, re-situando-o no espaço social, senão a partir deste ponto de vista muito singular (e, num sentido, muito privilegiado) onde deve se colocar para estar pronto a assumir (em pensamento) todos os pontos de vista possíveis. E é somente à medida que ele é capaz de se objetivar a si mesmo que pode, ficando no lugar que lhe é inexoravelmente destinado no mundo social, transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto (que é também, ao mesmo em uma certa medida, um *alter ego*) e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele.

19. Esse controle constante do ponto de vista nunca é tão necessário e difícil como quando a distância social que é preciso superar é uma última diferença na proximidade. Assim por exemplo, no caso da professora cujas locuções favoritas (“eu culpo”, “problemas de casais”, etc.) podem ter um efeito ao mesmo tempo repulsivo e desrealizante, impedindo de sentir a realidade do drama que elas exprimem, seria muito fácil deixar funcionar as associações da polêmica cotidiana para caracterizar, caricaturando, uma vida e um modo de vida que só parecem tão intoleráveis porque teme-se de reconhecer neles os seus.

O interrogatório – Pierre Bourdieu e Gabrielle Balazs

As investigações administrativas, das quais analisamos aqui alguns exemplos, são interessantes sob vários aspectos. Em primeiro lugar porque elas dão livre curso a todos os efeitos que, salvo vigilância especial, correm o risco de pesar sobre toda relação de pesquisa e porque permitem assim medir *a contrario* a importância do esforço que se deve fazer na condução de uma entrevista, para neutralizar esses efeitos: é realmente um caso no qual, como diz John Gumperz, "apesar das aparências de igualdade, de reciprocidade e de cordialidade, os papéis dos participantes, isto é, o direito à palavra e a obrigação de responder, são predeterminados ou, pelo menos, são objeto de uma forte coação"¹. Se a violência simbólica inerente à dissimetria entre os interlocutores muito inegavelmente providos de capital econômico e especialmente cultural pode ser exercida com tanta desinibição, é porque os agentes encarregados de conduzir o interrogatório se sentem delegados e autorizados pelo Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima, e que eles são, a despeito de tudo, conhecidos e reconhecidos como tais. Prova disto é a resposta, digna de Kafka, daquela mulher que, submetida a um questionário muito extenso sobre sua saúde, espanta-se: "Até isto eles perguntam?", sugerindo que a pesquisa é só o instrumento de uma intenção elaborada em outro lugar, "no alto escalão".

1. J. Gumperz, *Engager la Conversation, Introduction à la sociolinguistique interactionnelle*, Paris, Minuit (*Le sens commun*), 1989, p. 15.

A análise das gravações de algumas entrevistas feitas por um escritório de estudos (que nos perdoará sem dúvida por o deixarmos no anonimato) a pedido do Ministério da Pesquisa e da Tecnologia para avaliar a renda mínima (RMI), após três anos em execução, permite perceber o que separa o interrogatório burocrático das outras formas de interrogação do Estado, policial e judiciária principalmente, e o que há em comum com elas e, mais amplamente com todas as entrevistas burocráticas comuns.² Se bem que, diferentemente da investigação judiciária, e sobretudo da policial, ela se apresenta (e é vivida) como uma pesquisa científica, a pesquisa administrativa, estritamente determinada pelos fins burocráticos, é inteiramente dirigida pelas intenções normativas. Além disso, o momento da pesquisa (no mesmo ano em que a comissão nacional de avaliação do RMI deve enviar seu relatório ao primeiro ministro), o lugar de sua realização (os escritórios das prefeituras ou dos centros comunitários de ação social encarregados dos contratos), o conteúdo e a forma das perguntas, chegando a 300 para uma só entrevista formulada sem interrupção, frequentemente por dois pesquisadores

2. Agradecemos aqui, sem poder evidentemente fazê-lo nominalmente, à pessoa que nos forneceu e nos enviou estas gravações, para todas as informações sobre esta pesquisa remetemos à obra coletiva do MIRE (Mission interministérielle pour la recherche) e do Plan Urbain, *Le RMI à l'épreuve de faits: Territoire, insertion, société*, Paris, Ed. Syros Alternatives, 1991. Esta pesquisa deu lugar também a um colóquio, em 8 e 9 de novembro de 1991. Para as análises regionais, remete-se aos 13 relatórios do colóquio.

tudo incita os pesquisados a se sentirem na obrigação de provar a legitimidade de sua situação de beneficiários do RMI (como outros, para obter um abono, um estágio ou uma moradia, são obrigados a justificar sua identidade administrativa de "que procura emprego", de "desempregado cujos direitos estão no fim", de "jovem sem qualificação", de "pai sem arrimo", ou de "sem domicílio fixo").

A alternância entre perguntas frívolas ou irrisórias (relativamente, é certo, à situação e às preocupações das pessoas interrogadas: "Qual é o seu lazer preferido?") e perguntas capciosas feitas num tom amável ("É o trabalho declarado?" ou "Com o que você ocupa seus dias?") ou formuladas de modo irônico ("Vamos, vamos, aparentemente você não está com ar de doente...") confere à entrevista uma violência tanto mais injustificável porque, às vezes, é feita com toda inocência, com a consciência tranqüila daquele que tem a dupla legitimidade da ordem científica e da ordem moral.

Não se acabaria de enumerar os pressupostos que estão inscritos, de algum modo, na própria estrutura da relação de pesquisa, quando, como aqui, a dissimetria inerente ao interrogatório burocrático encontra na e pela distância entre os recursos e disposições sociais do pesquisador e os do pesquisado as condições de sua plena realização. A relação de força é tal que o interrogador não tem por que se inquietar em saber se os problemas que ele (se) coloca, problemas de instituição, que não têm interesse senão para o órgão solicitador da pesquisa, se colocam também para a pessoa para a qual ele os coloca.

O postulado fundamental de troca está, sem dúvida, inscrito nesta imposição de problemática, baseada na universalização do interesse particular das burocracias. Mas isso não é tudo. O inquérito, conduzido na lógica da suspeita, trata o pesquisado como dissimulador e como simulador potencial que se deve pegar na armadilha. Além das perguntas como os RMistas foram informados da existência do abono, sobre o que eles pensam da lei, sobre o item do orçamento doméstico ao qual se destina o RMI, há também todas aquelas que visam descobrir se o investigado não teria rendas não declaradas, se ele não disporia de outros recursos, se ele (ou antes ela, porque esta pergunta se dirige mais freqüentemente às mulheres) viveria sozinho como ele (ou ela) afirmam, se ele não teria requerido ao RMI para conseguir um seguro social. Como pesa sobre a suspeita da trapaça interessada e da falta de civismo, lhe é perguntado se ele vota, como uma correção no mesmo instante, que se quer cúmplice: "Não estamos perguntando para quem!"

Nos três casos relatados aqui, o de mulher que deixou seu marido artesão depois da morte do filho, de vinte anos de idade, e que, com quase 50 anos, não tinha a experiência de um emprego assalariado, o de um pequeno comerciante de 59 anos que tinha um pequeno bar num bairro popular, até sua doença que o impediu de ficar de pé, e o de um jovem que trabalha em manutenção, antigo aprendiz educado por sua avó porteira, após a morte de sua mãe, a interrogação atinge a violência do interrogatório. Perturbadas, desorganizadas, estas vidas não entram nas categorias previstas pelo questionário padrão, concebido para suscitar respostas

homogêneas e incapaz de captar a diversidade das situações que permitiriam levar a buscar um abono de sobrevivência. Os sinais de espanto, as censuras contidas e a condescendência, cuja forma suprema é sem dúvida a piedade, são igualmente manifestações dos pressupostos – ou dos preconceitos – constitutivos da visão burguesa ou pequeno-burguesa do mundo: eles comprometem todo um conjunto de postulados sobre a composição “adequada” de uma família, sobre os laços que se deve manter com ela, e sobre as “opções” escolares ou profissionais, que definem uma “carreira” digna desse nome.

Quando a mulher separada do marido e que perdeu o filho declara que renunciou a um emprego de um mês porque sua filha, estudante, acabou de ter um filho e que preferia ficar com ela, gostaria de ouvir dizer: “Seu instinto maternal foi mais forte!” Mas se vê censurada, além disso, pelo que a investigadora percebe como uma inversão dos papéis: “Como, sua filha sustenta a casa?” A uma jovem doméstica, mãe solteira, pergunta-se como numa dissertação: “O que é, para você, estar sozinha?” ou “Ver sua filha crescer é importante, para você?”

E que dizer dessa pergunta pseudo-analítica sobre as lembranças da infância, que se faz mecanicamente, apesar da resistência dos investigados a entrar nas confidências ou nas lembranças dolorosas? “Isso está tudo muito longe (...) eu não me lembro, responde por exemplo uma jovem doméstica que passou sua infância de lar em lar, sem conhecer seus pais. Ao passo que outros, como

o jovem da manutenção, que perdeu a mãe quando era criança, responde com seu silêncio:

Investigador – Você pode me falar de sua infância?

Investigado – [Silêncio].

Investigador – O que é que você tem como lembrança desse período?

Investigado – [Silêncio].

Investigador – Você não tem lembranças?

Investigado – Sim.

Investigador – Você não quer falar?... Está bem.

Sem nunca ser completamente conscientes e cínicos, os investigadores, conduzidos por suas disposições de classe, entram numa relação ambígua, de assistência e de vigilância, de proteção e de suspeita, e uma análise mais sistemática de um grupo mais amplo permitiria, sem dúvida verificar que a composição da equipe de investigação segundo o sexo, idade, origem social e a situação profissional afeta muito diretamente à maneira de coletar os dados, e de interpretá-los. Deste modo, tal hipótese da investigadora a respeito da moradia não tem sentido senão por referência a uma definição tácita do que é tido por conveniente em seu universo para uma família de “pobres” como a da investigada: “É caro! Eu pensava que você morasse em... [hesitação], num sala-quarto!” A investigada é obrigada a explicar, como que para se desculpar, que agora que ela vive com sua filha e seu neto, este apartamento de quatro cômodos é pouco mais caro para ela, graças ao

abono de moradia, do que o duas peças que ela ocupava antes.

Do mesmo modo, a investigadora pergunta ao pequeno comerciante que reside num bairro em reurbanização: "O que o senhor sente ao saber que sua casa vai ser demolida, que... [se corrigindo] que sua casa... (...) É uma casa, isto é, um pavilhão, ou é um apartamento? (...) E a casa é de seus pais? (...) É sempre o mesmo, faz quantos anos?" Mostrando sua visão normativa da taxa adequada de ocupação, ela se espanta, insistindo na cifra: "E o senhor vivia então, na época, em... seis nessa casa?" Depois ela conta novamente em voz alta: "Dois filhos, os pais e seus pais... Certo. E agora seus pais estão...? [silêncio, eles faleceram]. A investigadora, prosseguindo seu pensamento e seu cálculo, conclui, como que aliviada, que há mais espaço: "Então agora vocês são dois?"

A violência atinge sem dúvida seu ponto culminante quando a filosofia da ação que sustenta toda a interrogação, conduz a procurar nas intenções e nas razões o princípio de todas as ações de todos os agentes, considerados todos como donos de seu destino, e a tornar desse modo tacitamente os RMIstas os responsáveis por sua miséria. Os "Por quê?" que marcam as conversas sobre a perda do emprego, a separação do cônjuge, o abandono da escola, a saúde, o desemprego, fazem pensar que tudo o que acontece à pessoa interrogada foi o resultado de uma livre escolha. A uma doméstica que saiu da escola com 12 anos, pergunta-se por exemplo "por que ela o fez", especificando mesmo: "Foi porque você quis ou porque foi

obrigada?" Eles postulam que cada um pode e deve conduzir sua carreira e sua vida ao bel-prazer.

Investigador 2 – [Retoma] E por qual razão você parou com o bar?

Investigador 1 – Doença...

Investigado – Porque eu não podia mais trabalhar.

Investigador 2 – Portanto por razão de saúde [O investigado acrescenta que "trabalhou 20 anos nos PTT e que parou"].

Investigador 1 – Então o motivo da suspensão desse trabalho é verdadeiramente sua mulher?

Investigado – É isso.

Investigador 1 – De outro modo você estaria trabalhando?

Investigado – Oh eu estaria aposentado... Ah não, não completamente.

Investigador 2 – [Perdido] O motivo da suspensão de qual trabalho?

Investigador 1 – Dos PTT.

Investigador 2 – Você parou por causa da sua mulher? Porque ela não...

Investigado – [Obrigado a repetir] Ela estava deprimida, ela não podia mais fazer seu trabalho, então...

Investigador 2 – [Repete] E qual era o trabalho dela?

Investigado – A contabilidade.

Investigador 1 – Então você decidiu: demissão.

Investigado – Oh sim...

Investigador 1 – E isso era bom para o senhor depois do...?

Investigado – Para minha mulher?

Investigador 1 – O bar?

Investigado – Não! Não, mas enfim... ela se acostuma. [Silêncio] E eu também.

Investigador 1 – Sim, isso mudou, hein.

Investigado – Com certeza.

Investigador 1 – Você fez pequenos biscates antes de entrar para os PTT?

Investigado – Sim! Primeiro era cabeleireiro. No meu primeiro trabalho eu era cabeleireiro.

Investigador 1 – [Tom admirado] Que currículo! [Elevando a voz] Você tinha seu CAP?

Investigado – Sim.

Investigador 1 – E você usou...?

Investigado – Não muito tempo porque eu não recebia. Quatro anos somente. Naquele tempo, cabeleireiro morria de fome.

Investigador 1 – Ah, sim?

Investigador 2 – Em que época? Que ano?

Investigado – Entre 45... [pensa] 45 a 49.

Investigador 1 – Que lição você tirou do trabalho de cabeleireiro, primeiro, depois do emprego de...

Investigado – Que aprende-se um trabalho e depois não serve para muita coisa. Depende dos trabalhos. Eu não queria jamais ser cabeleireiro.

Investigador 2 – Ah bom, por que você foi fazer isso?

Investigado – Porque... eu queria ser carpinteiro de navio. Na época, o médico – ele morreu, felizmente – me achou muito magro. Eu era magro.

Investigador 2 – [Tom de zombaria] Você não parece magro agora, você se recuperou...

Investigado – É isso, eu era mesmo muito pequeno para ser um carpinteiro. Eles queriam grande e gordo os... e depois... e depois me propuseram... precisava trabalhar também – depois da guerra, era duro.

Os 'por que' repetidos convidam a uma reflexão retrospectiva sobre as intenções da ação e tendem assim a tornar a vítima responsável [também aos seus próprios olhos] por uma situação que se supõe ter desejado, pelo menos negativamente, ao se mostrar incapaz de a "segurar". Deste modo, a investigadora ironiza sobre o fato que o mesmo comerciante, cuja mulher, caixa do bar, continua a tomar conta dos papéis administrativos, não sabe se ele preencheu os papéis, se ele assinou o famoso "contrato de inserção" ("Para mim é grego") e ela então o chama à ordem.

Investigador 1 – E quando é que lhe pagaram?

Investigado – Dois ou três meses depois, eu acho, não sei exatamente; primeiro, eu não cuido disso, é minha mulher que cuida dos papéis.

Investigador 1 – Que cuida. E o senhor recebeu a quantia a partir de primeiro de janeiro ou...?

Investigado – Não, eu sei... eu não sei exatamente. Eu não cuido disso.

Investigador 1 – O senhor não sabe? [Tom de censura] o senhor sabe a quanto tem direito?

Investigado – Sim, 2300... 2300 [silêncio] e uns trocados talvez.

Investigador 2 – [O contrato de inserção] O senhor não sabe se o assinou ou não?

Investigado – Não sei.

Investigador 2 – De qualquer maneira foi o senhor que requereu o RMI, é o senhor que o recebe ou... é o senhor?

Investigado – Sim, sou eu.

Investigador 2 – Então é o senhor que deve ter assinado, normalmente...

Investigado – Eu não me lembro.

Investigador 1 – É em troca de um trabalho, portanto talvez o senhor não deveria se lembrar?

A discordância estrutural é geradora de mal-entendidos explícitos. Assim, a investigadora que não ouviu que o jovem da manutenção perdeu sua mãe quando tinha 12 anos, e que se preocupa mais com a regularidade dos laços familiares que com sua existência, pergunta se ele a vê sempre. “Ah, me desculpe”, diz ela, enquanto ele marca um silêncio espantado. E quando o rapaz diz que não vê seu pai, ela deduz que ele está morto, quando ele vive no estrangeiro. Do mesmo modo, o comerciante que tem um filho adulto morando na casa paterna se confunde na resposta quando a investigadora lhe pergunta, com um tom de certeza, a respeito de seus filhos:

“Que não vivem mais com o senhor, suponho?” “Não. Meu filho... vem à minha casa”. “Ele vive na m...? Não! Ele vem?” “Ele vem à minha casa. Ele mora na minha casa, digamos”.

Acontece também que a evidência absoluta de uma experiência de vida baseada no domínio do tempo (e do dinheiro) conduz a descasos que beiram o desprezo: assim, ao jovem da manutenção que conta numa mistura de amargura e de vergonha que ele “se deixou enganar”, na época em que ele trabalhava sem carteira assinada, por um empregador que não pagou seu salário, a investigadora pergunta se ele conseguiu ser pago normalmente... E, um pouco depois, quando ele diz não ter encontrado nada na ANPE, ela lhe pergunta num tom frívolo: “O que você foi fazer na ANPE?” E toda distância entre duas situações, e as duas visões correspondentes do mundo, explode na resposta, cheia de condescendência protetora que a investigadora dirige, num tom amável, a uma empregada doméstica que se diz pouco à vontade para dizer qual o seu trabalho: “Não é desonroso. É um trabalho que todas as mães conhecem.”

Dois interrogatórios

Conservamos apenas dois estratos bastante longos que condensam todos os esquemas postos em prática num inquérito administrativo de controle. Solicitados, até intimados a revelar a situação de seus recursos e de sua saúde, sua maneira de viver, sua história familiar, sua intimidade, os RMistas resistem seja pela brevidade de suas respostas, pela economia de palavras e pelo silêncio, seja, para os mais endurecidos, por diver-

sas formas de encenação da miséria, sendo a mais freqüente o discurso para o assistente social.

A suspeita

A investigada explica, um pouco à vontade, que ela acumulou os infortúnios: atingida pela depressão depois que seu filho morreu de câncer, quando tinha vinte anos, ela separou-se do marido artesão, e vive agora com sua filha, estudante, que

acaba de ter um bebê [Ela veio, aliás, com o neto a quem dá a mamadeira durante a entrevista]. Como se fosse um pouco inconveniente ter tantos infortúnios, ela zomba de si mesma e ri ao lembrar um problema suplementar: sua saúde deteriorou-se, de fato, depois desses acontecimentos.

Falta tanto tato à investigadora que, perseguindo seu objetivo, tenta verificar em que momento apareceram as preocupações, para controlar se a requisição do RMI não foi feita por ocasião dos tratamentos, e para obter a cobertura social garantida pelo RMI. Ignorando as informações que a investigada lhe havia dado espontaneamente a propósito de sua depressão, de sua tentativa com a psicanálise, de sua doença do sistema imunológico, a investigadora desenvolve toda a parte médica do questionário.

Investigador – E você foi ao psicanalista por sua própria iniciativa?

Investigada – Sim.

Investigador – Fez análise ou...

Investigada – Não (...). Eu fiz durante dois meses.

Investigador – Depois da separação?

Investigada – Não, não, isso não tinha nada a ver... Enfim era tudo uma mistura. Havia a morte do meu filho, havia a separação, havia a situação de minha filha, eram muitas coisas. Muitas, muitas coisas.

Investigador – Você aprendeu alguma coisa dessa... Parece que isso a ajudou ou...?

Investigada – Eu creio que, talvez, para meu filho eu levei dois anos, eu acho, para compreender verdadeira-

mente as coisas. Nesse caso eu também teria levado algum tempo.

Eu levei algum tempo para compreender as coisas mas eu chegaria a isso sozinha. É isso, eu teria feito minha análise sozinha. Mas como havia um problema de saúde que se juntava a isso...

Investigador – Ah bom você tinha...

Investigada – Sim, um... [riso embaraçado] problema de saúde, era uma coisa também. Portanto, era muito urgente que alguém me... que algum outro tentasse me ajudar; mas isso me ajudou porque eu falei (...)

Investigador – Vamos falar de sua saúde, pois você me disse que tem problemas. Depois, a quanto tempo você tem...?

Investigada – Oh isso faz [suspiro]... 82, em 82 me examinaram porque eu tinha alergias, eu tinha eczemas, urticária, então e até 86 eu fiz todos os exames e o médico me disse: "Dona F. a senhora é alérgica a tudo, então a senhora toma isto e dê-se por satisfeita".

Investigador – O que era, um antialérgico?

Investigada – Não, não...

Investigador – Ah sim, você é alérgica a tudo!

Investigada – É isso, eu era alérgica a tudo. E depois um dia eu pensei, eu disse, bom, bem, a morte de Eric transtornou a todos e pode ser que o mal, que o sofrimento saia assim; e desde o dia em que eu compreendi isso, pouco a pouco foi embora.

Investigador – Sim, a senhora realmente fez a sua análise.

Investigada – Sim, eu fiz mas levei tempo para fazê-la. E depois eu não compreendia de jeito nenhum. E quando eu tive problemas com meu marido, enfim, problemas... de novo, recomeçou. Mas aí foi muito mais sério. E começaram todos os exames no hospital. Depois percebeu-se que havia um problema de imunidade, então eu tive uma doença auto-imunitária.

Investigador – E a senhora continua o tratamento?

Investigada – Sim.

Investigador – Você vai regularmente a...

Investigada – Sim, todos os meses. Eu tomo cortisona, já faz [em que mês estamos? estamos em outubro] isso deve fazer oito meses.

Investigador – E será que o fato de receber o RMI lhe permite também ter a cobertura social?

Investigada – Não era, não era realmente isso.

Investigador – Não, mas eu não sou policial, mas dentro da lógica, eu procuro as coisas lógicas, isto é, seu nome nunca aparecerá em lugar nenhum. Eu tento pensar em termos simplesmente de trajetória, porque isso corresponderia mais à cobertura social que à moradia.

Investigada – Não, quando requeri o RMI, as investigações não haviam sido feitas, quero dizer, a doença nem havia sido descoberta; providências oficiais não tinham sido tomadas. E isso só foi feito em abril, no mês de abril. Então como eu era beneficiária desde o mês de janeiro, quero dizer, nada foi feito... Mas devo reconhecer que agora com todo...

Investigador – São tratamentos caros?

Investigada – Os tratamentos não, mas os exames sim.

Investigador – Quer dizer, lhe fizeram exame de...

Investigada – Os exames, há as análises de plaquetas, enfim, durante um tempo era de dois em dois dias, de três em três dias, depois disso foi se espaçando pois se tinha estabilizado, depois disso foi toda semana, depois disso a cada duas semanas e agora a cada três semanas. E o tratamento vai acabar normalmente (...); mas houve exames dos olhos porque eu tomava um remédio enquanto que agora eu tomo cortisona (...) e depois a hospitalização também (...) no começo me hospitalizaram porque eles não sabiam o que era. Depois eles pensavam que fosse um vírus, depois disseram que era outra coisa e depois, depois eu fui hospitalizada porque as plaquetas tinham caído muito baixa, é isso (...).

Investigador – Sim, sobre a história do RMI, que permite enfim uma proteção social, o que é que você pode dizer sobre isso?

Investigada – Eu digo que é importante, que é muito importante.

Investigador – Sim, porque há efetivamente o aspecto financeiro, ajuda imediata, mas há também esse direito a ter cobertura.

Investigada – É verdadeiramente muito, muito, muito importante. Eu quero dizer que sendo desse modo é verdadeiramente de grande ajuda e uma grande preocupação a menos. Verdadeiramente uma grande preocupação a menos (...).

Investigador – [Retoma seu questionário] agora o que é que a senhora... a senhora dorme bem?

Investigada – Não [rindo, eleva a voz, admirada, insistindo sobre o isto]. Até isso eles perguntam?

Investigador – Sim... Você acorda de noite?

Investigada – Oh, sim [rindo]. Eu tenho insônia.

Investigador – Você toma pílulas para dormir?

Investigada – Não. No máximo [tranquilizantes].

Investigador – No entanto, você tem desejos? Desejos, prazeres. Não?

Investigada – [Ri]. Não.

Investigador – Você não tem vontade de nada? Você tem pensamentos sombrios?

Investigada – Não... Oh, algumas vezes mas não...

Investigador – De tempos em tempos...?

Investigada – De tempos em tempos.

Investigador – Você tem dificuldade de concentração?

Investigada – Sim.

Investigador – Um pouco, muito? Ou nada...

Investigada – Não, um pouco.

Investigador – Falta de memória?

Investigada – Bem, é a idade.

Investigador – E sintomas respiratórios, dificuldades de respirar, sufocações...?

Investigada – Sim, claro... Mas é da doença e às vezes há uma pequena depressão, é tudo.

O tribunal do bom senso

Duas investigadoras, uma jovem, outra um pouco mais idosa, voz aguda, estão diante de um pequeno comerciante, doente, próximo da idade da aposentadoria, que desistiu do comércio depois de uma intervenção cirúrgica, com a voz cansada, abatida.

Se a situação não fosse tão dolorosa [vê-se desde o início da entrevista, quando o investigado fala de sua "vergonha" em ser RMIsta: "quando se trabalhou uma vida inteira... chegar a isso... hein!"], poder-se-ia acreditar num caso cômico repetido voluntariamente encenado. Uma boa parte das perguntas é efetivamente feita duas vezes, uma primeira pela investigadora jovem (*Investigador 1*),

depois pela responsável local da investigação (*Investigador 2*), que chegou mais tarde. As mesmas perguntas, a mesma admiração, os mesmos comentários e, enfim, a mesma incompreensão. Só no fim que o velho homem protesta por ter que "expor assim o seu currículo".

[...]

Investigador 1 – Como é que o senhor tomou conhecimento do RMI? Como o senhor ouviu falar dele?

Investigado – Por uns e outros. E depois um pouco por necessidade também.

Investigador 1 – Sim, como o senhor fez, como é que isso se passou para...?

Investigado – Eu fui me inscrever no emprego e...

Investigador 1 – No emprego, [traduzindo imediatamente para a linguagem institucional] quer dizer... o senhor esteve na ANPE?

Investigado – Sim, eu me inscrevi mas eu não procurava emprego. Na minha idade...

Investigador 1 – Qual é a sua idade, senhor?

Investigado – Eu vou fazer 60 anos. Em agosto eu terei essa idade. 59 digamos.

Investigador 1 – E quando se inscreveu na ANPE, o que é que o senhor era?

Investigado – Antes eu era comerciante.

Investigador 1 – Qual era o seu ramo de comércio?

Investigado – Um bar.

Investigador 1 – Voltemos à experiência profissional um pouco mais adiante [no questionário]; então o senhor esteve na ANPE, o senhor não tinha mais direito... de indenizações, nem nada, e aí... onde lhe falaram do RMI? Foi uma pessoa da ANPE, então?

Investigado – Sim.

Investigador 1 – Foi o senhor mesmo que esteve lá?

Investigado – Sim.

Investigador 1 – O que ela lhe... aconselhou?

Investigado – [Silêncio] Ela me disse que eu tinha direito a alguma coisa. Só isso.

Investigador 1 – O que o senhor sentiu quando recebeu o primeiro abono?

Investigado – [Muito baixo] Um sentimento de vergonha.

Investigador 1 – Por quê?

Investigado – Porque, quando se trabalhou a vida inteira... [muito baixo, num sopro]... chegar a isso...

Investigador 1 – [Surpresa] O senhor trabalhou a vida inteira e não tem direito a nada?

Investigado – Sim, mas dentro de um ano, eu só receberei minha aposentadoria em um ano.

Investigador 1 – Ah! É isso! A situação, nesse caso, é provisória...

Investigado – É isso.

Investigador 1 – Quando o senhor parou de trabalhar?

Investigado – Fim de 89, novembro de 89, fim de novembro de 89.

Investigador 1 – E por que o senhor parou?

Investigado – Porque eu não pude mais trabalhar.

Investigador 1 – O senhor estava...?

Investigado – Doente.

Investigador 1 – O senhor estava doente?

Investigado – Eu tinha problemas nas pernas, foi preciso me operar.

Investigador 1 – Espere, porque há uma coisa sobre a saúde [no questionário], eu vou passar diretamente para lá; então, o que o senhor sentia nas pernas?

Investigado – Um..., varizes, uma doença da circulação do sangue.

Investigador 1 – E atrás do balcão, o senhor ficava sempre de pé?

Investigado – É isso.

Investigador 1 – O senhor foi operado?

Investigado – Sim.

Investigador 1 – Quando?

Investigado – [Num sopro] Fim de abril. 28 de abril, eu acho. Não me lembro mais.

Investigador 1 – E o senhor ficou de cama?

Investigado – Sim. _

Investigador 1 – Quanto tempo?

Investigado – Digamos uma dezena... uns dez dias.

Investigador 1 – E foi aí que o senhor decidiu parar? Foi depois dessa operação que o senhor decidiu...

Investigado – Ah bem, não, foi antes mesmo porque eu não podia mais.

Investigador 1 – Faz muito tempo que o senhor está parado?

Investigado – Parado, não. Eu parei de trabalhar porque eu não podia mais trabalhar. E isso, por Deus, os médicos me operaram mas... Bom, eu melhorei; mas não é isso, eu não tenho mais 30 anos, é isso.

Investigador 1 – [Tom informal de conversa] O senhor assinou um contrato de inserção?

Investigado – O que é? Essas palavras, para mim, são grego. Eu nunca me ocupei de papeladas... Eu sou completamente ignorante a esse respeito.

Investigador 1 – É sua mulher de fato que...

Investigado – É a minha secretária [riso].

Investigador 1 – Quer dizer, não o fizeram assinar o contrato pessoalmente, isto é, em troca do RMI, o Estado induz as pessoas a se inserir, quer dizer...

Investigado – Não, não.

Investigador 1 – O senhor não assinou?

Investigado – Não sei. Eu não me lembro.

Investigador 1 – O que o senhor acha dessa lei?

Investigado – É boa, mas... É boa.

[...]

Investigador 1 – [Levanta a voz] Então nós vamos começar pelos seus empregos, o último então é esse bar, o senhor trabalhou lá desde quando?

Investigado – Desde 74, sim 1974.

Investigador 1 – Então o senhor comprou o... (...) Como o senhor decidiu adquirir esse bar, como o senhor teve essa idéia?

Investigado – Oh bem, foi esquisito. Minha mulher era contadora e ela teve... Ela estava deprimida, ela precisava trocar de trabalho. Para fazer o quê? Eu estava nos PTT e tinha me demitido. E nós compramos um negócio. É isso.

Investigador 1 – O que o senhor fazia nos PTT?

Investigado – Eu era heliogravador. Antes eu trabalhava nas linhas e depois eu passei a heliogravador. Edição, difusão de plantas.

Investigador 1 – Sim, entendi. E antes o senhor era...

Investigador 2 – Bom dia, bom dia, senhor.

Investigador 1 – A senhora que cuida da investigação.

Investigador 2 – Eu... eu não pensei que o senhor já tinha começado... Não se descansa...

Investigador 1 – Começamos agora mesmo. Este senhor tinha um bar, mas acaba de parar de trabalhar lá, ele espera sua aposentadoria...

Investigado – Vai fazer um ano.

Investigador 2 – Onde era seu bar?

[Com um tom cansado, o homem cita o bairro popular onde ele trabalha e que ele já descreveu antes.]

Investigador 1 – O senhor foi à escola até que idade?

Investigado – 14 anos.

[...]

Investigador 1 – Então o senhor conseguiu seu CAP depois?

Investigado – Depois.

Investigador 1 – Sim. Então o senhor o recebeu, aos 16 anos, não?

Investigado – 16 anos e meio. Aos 16 anos e meio, eu tinha o CAP.

Investigador 1 – E na escola, foi tudo bem?

Investigado – Bem, eu não fui muito lá, porque havia a guerra e eu estava... como se diz... evacuado. Sim. Isto é, durante três anos e meio, quatro anos eu não fui à escola.

Investigador 2 – E onde o senhor esteve durante a guerra, então?

Investigado – Nos Pirineus.

Investigador 2 – Nos Pirineus? Com sua família...

Investigado – Não, não, não. Sozinho.

Investigador 1 – Sozinho?

Investigador 2 – Sim, enfim... Numa instituição?

Investigado – Numa fazenda.

[...]

Investigador 2 – ... E por que o senhor foi evacuado?

Investigado – Porque eu tinha medo. Quando a sirene tocava eu desmaia-va.

Investigador 2 – Foram seus pais que decidiram isso?

Investigado – Bem, sim, foi o médico, não era normal.

Investigador 1 – E lá na fazenda, o senhor trabalhava?

Investigado – Sim. Aliás tudo isso me agradava.

Investigador 2 – Sim, isso lhe agradava, o senhor guarda uma boa lembrança da...?

Investigado – É, sim e não. Era triste-ngo.

[...]

Investigador 1 – Portanto a escola, é uma boa razão,... o senhor deixou aos 10 anos? O senhor deixou...?

Investigado – Na hora certa, eu dei-xei a escola quando era mais impor-tante.

[...]

Investigador 1 – Bom. O contrato de inserção, o senhor não o assinou, eu acho, enfim...

Investigador 1 – [Explica] Sua mulher é a sua secretária.

Investigado – É minha mulher que se ocupa de tudo, eu nunca me ocupei dos papéis.

Investigador 2 – Eu não sei, eu não tenho o processo. O senhor não sabe se assinou ou não?

Investigado – Eu não sei.

Investigador 2 – De qualquer maneira foi o senhor que pediu o RMI, é o senhor que recebe ou... é o senhor?

Investigado – Sim, sou eu.

Investigador 2 – Então é o senhor que deve ter assinado, normalmente...

Investigado – Eu não me lembro.

Investigador 1 – É em troca de um trabalho, portanto o senhor deveria talvez ter se lembrado disso?

Investigador 2 – Ou de um estágio?

Investigado – Não, eu não fiz estágio.

Investigador 1 – Propuseram-lhe um estágio?

Investigado – Não. Há jovens que estão esperando... Eu não vou...

Investigador 1 – [Folheia as páginas, retoma mais atrás] Cabeleireiro, quatro anos, depois o senhor entrou para os PTT ou...?

Investigado – Não, não diretamente, eu fiz biscates, a torto e a direito. Era preciso trabalhar. Eu voltei para os PTT.

Investigador 1 – O senhor tinha parado, o senhor tinha seu salão, não...?

Investigado – Não, não, não.

Investigador 1 – O senhor trabalhou num cabeleireiro...

Investigado – Como empregado...

Investigador 1 – Empregado, sim, e o senhor parou, o senhor fez biscates ou, quer dizer, o senhor fez pequenos trabalhos...

Investigado – De uma fábrica a outra. Eu sempre trabalhei. Eu ia onde houvesse dinheiro a ganhar, é tudo.

Investigador 2 – E sua aposentadoria ainda demora quanto tempo?

Investigado – Dez meses [longo silêncio].

Investigador 2 – E enquanto espera, como o senhor se ocupa, o senhor faz pequenos biscates...

Investigado – Não. Não, não. Eu saio, vou à casa de minha irmã, ela vendeu sua casa, faço pequenos trabalhos no jardim, eu me ocupo, digamos.

Investigador 2 – [Assume um tom tranquilizador, querendo dizer que ele pode falar do trabalho sem carteira assinada à vontade] Porque nós, nós não temos nada a ver com a assistência social, nós não estamos aqui para... o senhor compreendeu bem, nós não somos...

Investigado – Sim, ela me explicou, a senhora [a investigadora 1]. A senhora me explicou...

Investigador 2 – ... para... Se o senhor faz pequenos biscates, isso nos interessa, se o senhor quer saber, num plano mais científico de saber qual é o peso dos pequenos trabalhos, então o senhor poderá nos dizer, nós não vamos contar...

Investigado – Não, não, não, não. Nenhum trabalho sem carteira assinada.

Investigador 2 – Não, porque o senhor poderia eventualmente, o senhor é... o senhor aparentemente não tem nenhum problema de saúde...

Investigado – Sim, as pernas. Agora isto é ruim para mim.

Investigador 1 – Então o senhor vai cuidar do jardim? [Como se se tratasse de uma coisa imprópria].

Investigado – Cuidar do jardim... Eu me ocupo, é verdade.

Investigador 2 – Como o senhor se ocupa, seu dia ou...? Além de vir nos ver, mas isso não é sempre!

Investigado – Eu trato do jardim, eu leio, eu... Eu ando, eu devo andar, eu ando. Não é brincadeira.

Investigador 2 – Era a casa de seus pais...?

Investigado – De meus pais.

Investigador 2 – É raro hoje em dia ver pessoas que são...

Investigado – Além disso vão demolir a casa para a gente ser realojado 200 metros mais adiante. Veja bem, não é uma pena porque é um pouco... (...).

Investigador 2 – E o que acontece ao saber que a casa vai ser demolida, que [hesitação, se refaz] sua casa...

Investigado – Há um ano que eu já sei. Isso me deixou doente. Eu fiquei doente. E depois, agora, no fundo, eu estou contente, eu vou morar num lugar novo. Porque aqui, são remendos.

Investigador 2 – Será que o fato de saber que a casa de seus pais seria demolida, pois é a casa da família, teve influência no seu trabalho, o que o senhor acha?

Investigado – Não, não, não [longo silêncio].

Investigador 1 – É uma casa, isto é, é um pequeno pavilhão? Ou é um apartamento?

Investigado – Não, é uma barraca. Geminada.

Investigador 1 – E seus pais moraram com o senhor?

Investigado – Eu sempre morei com meus pais.

Investigador 1 – Ah sim?

Investigado – Eu me casei, eu voltei para casa.

Investigador 1 – Havia bastante lugar?

Investigado – Sim.

Investigador 2 – E o senhor não tinha... O senhor tinha filhos?

Investigado – Uma filha que tem 37 anos e um filho de 36.

Investigador 2 – [Tom de certeza] Que não vivem mais com o senhor, eu suponho?

Investigado – Não. Meu filho... Ele vem em casa.

Investigador 2 – ele vive na m... não, ele vem?

Investigado – Ele vem à casa. O domicílio dele é comigo, digamos.

Investigador 1 – Seu filho trabalha, não?

Investigado – Sim! Ele está nos PTT.

Investigador 1 – Ele está nos PTT, ele... [silêncio]. E sua filha?

Investigado – Minha filha não trabalha.

Investigador 1 – Ela é casada?

Investigado – Ah, sim, agora ela trabalha. Ela trabalha... Ela está se divorciando, ela está...

Investigador 2 – [Rindo] Isso não é um trabalho...!

Investigado – Não, ela trabalha, onde é que ela trabalha? No liceu, liceu... do lado das Allées, lá, eu não sei, há um liceu?

Investigador 1 – Num liceu, ela é inspetora ou...?

Investigado – Sim, eu não sei, ela inicia os garotos à... [repete] ela inicia... será possível! Oh, eu não vou encontrar o nome...! Tem informática.

Investigador 1 – [Manifestando seu espanto] Ah sim! Ela lidã com informática.

Investigado – Sim, ela tirou algum diploma mas não num alto nível, eu não acho, ela fez um estágio...

Investigador 1 – [Tom surpreso] Ah sim! (...)

Investigado – Meu filho também, ele é... ele não está vivendo em família, mas é como se estivesse.

Investigador 2 – Ele vive [destaca cada sílaba] maritalmente. Como se diz.

Investigado – Vive maritalmente, é isso.

Investigador 2 – [Rindo] Como dizem os burocratas.

Investigador 1 – E a casa ela é de seus pais, ela é de...

Investigado – Ah não, não, não, é dos HLM.

Investigador 1 – E é sempre o mesmo, desde quantos anos?

Investigado – Desde 1930. Eu nasci em 31.

Investigador 1 – E vocês viviam, então naquela época... em seis nessa casa?

Investigado – Sim.

Investigador 1 – Duas crianças, os pais e seus pais... Certo. E agora seus pais estão...

Investigado – [Silêncio] Faleceram.

Investigador 1 – Então agora vocês são dois?

Investigado – Sim, somos dois.

Investigador 1 – Há muitos, é de que tamanho?

Investigado – Três quartos (...).

Investigador 1 – Sim... há todo o conforto na sua casa?

Investigado – Não mais. Está velha, é... além disso eu não faço mais nada, eu queria forrar as paredes, eu não posso mais subir a escada, de qualquer maneira vamos deixar ficar, durante um ano vamos viver assim.

Investigador 1 – Como passou sua infância, o senhor morava...

Investigado – Muito bem.

Investigador 1 – O senhor morava, então... O senhor tem irmãos e irmãs?

Investigado – Sim.

Investigador 1 – Quantos?

Investigado – Nós éramos cinco garotos e uma menina. Dois morreram, os dois mais velhos morreram.

Investigador 1 – Eles morreram quando eram jovens, crianças, ou...

Investigado – Não, um com 44 anos e outro com 50...

Investigador 1 – Entendi, então vocês eram uma família de seis...

Investigado – Eu era o mais novo dos meninos.

Investigador 1 – Vocês viviam naquela casa...

Investigado – Sim, lá era muito pequeno, em compensação.

Investigador 1 – [Em coro] Lá era muito pequeno.

Investigador 2 – Lá, sim, isso deveria ser... e o senhor viveu...

Investigado – Sim.

Investigador 2 – [Tranqüilizadora] Nós dizemos que nos falta espaço,

mas na época, havia muita gente que vivia ainda...

[...]

Investigador 1 – [Tom sério] Houve algum acontecimento particular na sua infância que desempenhou um papel importante, será que o senhor se lembra de alguma coisa marcante...?

Investigado – A guerra... a guerra, em primeiro lugar.

Investigador 2 – É uma boa parte.

Investigador 1 – A guerra, seus desmaios...

Investigado – Sim, mas isso não significava nada. Meu irmão deportado, houve muitas coisas enfim... [mostra que não quer falar mais no assunto] foi há muito tempo, agora não se pensa mais nisso.

Investigador 2 – E o que morreu com 44 anos foi deportado?

Investigado – Sim, ele morreu do coração, ele era cardíaco.

Investigador 2 – Sim, mas enfim será que...?

Investigado – Não, não foi disso.

Investigador 2 – [Tom compadecido] Não, porque os deportados foram privados de tudo...

Investigado – Sim, sim. Mas enfim o motivo não foi esse. Desde jovem ele já era doente do coração.

Investigador 2 – Ah sim, Entendi. Isso não ajudou nada [silêncio].

Investigado – Isso não o ajudou em nada.

Investigador 1 – E o senhor tem lembranças de sua infância, de sua família, de seus pais, o que eles faziam? Seu pai era...

Investigado – Meu pai trabalhava no porto. E minha mãe em casa. Eu a conheci em casa.

Investigador 1 – Ele trabalhava em que, no porto?

Investigado – Era contramestre...

Investigador 1 – O senhor tinha... bem... como iam financeiramente?

Investigado – Ah sim! Sim... com certeza, não se nadava em ouro, mas havia tudo que se precisava.

Investigador 1 – É uma família unida?

Investigado – Muito [Silêncio].

Investigador 1 – E o senhor vê os seus irmãos e irmãs?

Investigado – Sim, sim.

Investigador 1 – Sim, regularmente?

Investigado – Sim, nós nos vemos.

Investigador 1 – E o senhor os recebe na sua casa, o senhor vai à casa deles ou...?

Investigado – Eu vou à casa deles, eu não os recebo agora porque a casa não está em boas condições, eu não os recebo. Mas nós nos vemos.

Investigador 1 – Na casa deles então? E, bom, o senhor sai frequentemente de seu bairro ou...?

Investigado – Não. Digamos que agora eu vivo como os velhos.

Investigador 1 – O senhor sai quantas vezes? Uma vez por semana?

Investigado – Não, eu não saio. Não, eu não saio. Quer dizer, espetáculos, coisas do gênero? Não... Nunca mais.

Investigador 2 – [Tom meloso] Qual é o seu lazer preferido?

Investigado – É a pesca. A pesca e a caça. E o futebol também... Agora eu olho os outros...

[...]

Investigador 1 – E o senhor nunca teve contato com os agentes sociais?

Investigado – Nunca.

Investigador 1 – Ninguém teve problema, em sua família?

Investigador 2 – É justamente quando o senhor teve de pedir o RMI então?

Investigado – Sim. Enfim eu não o teria requerido, eu não sabia que... isso existia.

Investigador 1 – É a ANPE, na ANPE o senhor me disse?

Investigado – Deve ser na ANPE, sim.

Investigador 2 – Foram eles que o aconselharam?

Investigado – Sim.

Investigador 2 – [Meloso] E o senhor preencheria as condições de recebimento dos recursos?

Investigado – Sim, porque eu não tenho recursos.

Investigador 2 – Há quanto tempo o senhor está nessa situação?

Investigado – Desde novembro do ano passado, 89, digamos.

Investigador 2 – [Retoma uma pergunta já feita] E por que o bar que o senhor tinha... o bar, foi seu último trabalho, não?

Investigado – Sim, sim, sim.

Investigador 2 – Por que motivo...?

Investigado – Porque eu não podia mais trabalhar.

Investigador 2 – Ah! Entendi, foi por razões de saúde.

[O investigado conta a venda do bar, que não foi fácil, o café estando num

bairro popular. As investigadoras comparam o estilo do bar aos cafés chiques da cidade.]

Investigador 1 – E o senhor conhecia as pessoas... O RMI, o senhor não ouviu falar muito dele, é verdade?

Investigado – Não, aliás, eu não falo mais dele.

Investigador 1 – Sim, o senhor não fala mais?

Investigado – Não, de jeito nenhum.

Investigador 2 – O que é que o senhor pensa do RMI, da lei sobre o RMI?

Investigado – É bom mas... Não deveria existir.

Investigador 2 – Como?

Investigado – Eu não sei. Tem-se a impressão, pelo menos eu pessoalmente, isso me incomoda muito.

Investigador 2 – Não mas isso é importante, o que o senhor me dizia... um pouco...

Investigado – Mas eu quase tenho vergonha, eu já lhes disse antes. Tem gente, faz alguns anos que eles se aproveitam disso e... é bom para as pessoas idosas. Que se as ajude [como se falasse para ele mesmo]. Mas se falta trabalho, os jovens não podem inventar o trabalho...

Investigador 2 – O senhor tem um pouco de vergonha. Por quê? O senhor poderia me explicar um pouco...

Investigado – Mas eu não sei! Porque depois de ter trabalhado, eu não deveria precisar disso.

Investigador 2 – O senhor acha que tendo trabalhado toda a sua vida...

Investigado – Sim, é isso, sim. Contar sua vida e tudo... Não, não concordo com isto.

Investigador 2 – [Escandalizada] Ah não, mas o senhor não é obrigado!

Investigado – Não, de acordo, mas enfim fala-se...

Investigador 2 – Para o senhor entender melhor, nós estamos um pouco desligadas do RMI local.

Investigado – Em qualquer lugar que seja, em todo lugar, deve-se mostrar o curriculum.

Investigador 2 – [Tom exausto] Sim, em toda parte, que sejam assistentes sociais, em toda parte, na ANPE...

Investigado – É isso!

Investigador 2 – ... Deve-se mostrar... Isso lhe desagrada...

Investigado – Ah sim enormemente! Mesmo de ter de vir aqui...

Investigador 2 – Então nós vamos lhe agradecer duplamente nesse caso... [Risos] porque isso nos ajuda...

Investigador 1 – Outro tanto mais, podemos lhe dizer, os homens quase nunca vêm ao nosso encontro.

Investigado – Sim? Ah bom?

Investigador 1 – As mulheres vêm muito, mas os homens, eles têm mais o que fazer ou então,... eu não sei.

Investigado – Olha, honestamente, se eu soubesse, talvez não tivesse vindo. Foi minha mulher que...

Investigador 1 – Oh nós não somos más! [Risos]

Investigado – Certo, mas enfim... é um pouco constrangedor.

Investigador 2 – [Untuosa] O senhor sabe, eu compreendo que efetivamente o senhor vive um pouco incomodado...

Investigado – No entanto, a gente tem um pouco de orgulho.

Investigador 2 – Sim, perfeitamente, eu compreendo que o senhor vive aborrecido, isto dito para nós, nós vemos muito...

Investigado – Para a senhora não muda nada. Sim, isto eu compreendo, certo.

Investigador 1 – Sim e aliás para nós, nós fazemos nosso trabalho, por isso quanto mais elementos... Aliás ao mesmo tempo é um contato...

Investigado – Sim, certo, eu compreendo.

Investigador 2 – Pode ser que se precise ter efetivamente materiais... como a senhora [a primeira investigadora] deve ter lhe explicado o motivo de...

Investigado – Sim...

Investigador 2 – [Encontra enfim um argumento] O senhor participa de uma pesquisa científica. O senhor compreende? [Risadas].

Investigado – Está muito bem. Eu servi para alguma coisa.

Investigador 2 – [Riso] Um pequeno elo da grande corrente...

Investigado – Um elo muito pequeno então.

Investigador 2 – Não, são os pequenos elos que fazem as grandes correntes. (...) De outro modo, o senhor acha que é verdadeiramente muito incômodo cada vez, ser obrigado a repetir...

Investigado – Ah sim, sim!

Investigador 1 – Contar sua vida?

Investigado – Ah sim. Sim, sim,... É muito desagradável.